



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	1

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – Declaro aberta a reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Nesta oportunidade, transformo a presente reunião em audiência pública, conforme Requerimento nº 2, de 2015, aprovado nesta Comissão.

(A reunião transforma-se em audiência pública.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – Convido os Srs. Deputados membros desta Comissão – a Deputada Sandra Faraj já está a caminho – e demais interessados para a audiência pública que debaterá o processo de unificação de perícias, no âmbito do Distrito Federal, e a instituição da política integrada de atenção à saúde do servidor no Distrito Federal.

Aproveito a oportunidade para agradecer a todos os presentes.

Convido a tomar assento à Mesa o Secretário de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização, Sr. Alexandre Ribeiro Pereira Lopes; a Subsecretária de Gestão dos Profissionais de Educação, Sra. Eliane Barbosa; a Subsecretária de Segurança e Saúde no Trabalho, Sra. Luciane Reis Araújo; o Defensor Público-Geral da Defensoria Pública do Distrito Federal e meu professor, Dr. Ricardo Batista Sousa; e o Secretário-Geral do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do DF, Sr. Denivaldo Alves do Nascimento.

Antes de passar a Presidência à Deputada Sandra Faraj, eu peço escusas porque precisarei de vinte minutos para participar de uma audiência da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle que acontece aqui ao lado. Darei o meu recado lá e voltarei para compor a Mesa porque o tema daqui é muito importante e foi tratado, nesta Comissão, de uma forma muito crítica em relação ao Governo – acho que era na gestão do antigo Secretário Vogel o qual respeito muito e do Secretário Institucional Marcos Dantas –, porque havia um compromisso de não sair um decreto, em função dessa questão da perícia, sem antes ouvir a parte interessada que são os servidores públicos. Isso é muito importante.

Parabenizo os cinco Membros da Comissão de Constituição e Justiça, porque foi uma forma democrática de se decidir ouvir vocês. O decreto já foi publicado, mas nada impede que ele não seja modificado para atender ambas as partes e não só o Governo – se o Governo achar que há uma forma de mudança – e sem deixar de ouvir as pessoas, porque muitos falam que têm que se deslocar, alguns têm outras atribuições. Se marcar uma perícia num horário determinado, você pega um professor... os profissionais da saúde podem ter escala. O pessoal de vinte horas, por exemplo, trabalha e pode ter outra atribuição – isso é permitido. Essa perícia, eventualmente marcada num horário desse, pode causar problema e embaraço na vida profissional desses servidores públicos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	2

Então, o debate é muito importante. Esta Casa serve para isso, mesmo sendo muito criticada. Quem quer ser Deputado tem que aprender com as críticas. A participação efetiva de todos vocês é mais do que fundamental. Se nós não conseguirmos dirimir todas as questões, certamente vamos dar prioridade às causas em que os Deputados estejam sendo provocados.

Mais uma vez, parabéns a todos os servidores públicos.

Transfiro a Presidência à nobre Deputada Sandra Faraj.

(Assume a Presidência a Deputada Sandra Faraj.)

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Bom dia a todos. É um prazer tê-los aqui nesta audiência para debater um tema tão relevante. Esta audiência visa atender a reivindicação de servidores de diversas categorias, especialmente com relação a essa questão da saúde, da educação dos servidores das escolas públicas vinculadas ao SAE.

Como todos sabem, o Governo do Distrito Federal unificou, por meio do Decreto nº 36.561, as perícias médicas, instituindo a Política Integrada de Atenção à Saúde do Servidor Público do Distrito Federal.

Só que os servidores que compõem esse quadro funcional da Coordenação da Saúde, da Secretaria de Educação do GDF, têm externado angústia. O motivo de estarmos fazendo esta audiência pública é devido a essa angústia e a essa preocupação de como o Governo tem sedimentado essa questão desse processo de unificação das perícias.

Entendemos que seria bem interessante ter esta audiência pública hoje para poder escutar, levantar as informações aqui e sair daqui com uma disposição sobre este tema. Em que pese a importância dessa padronização dos serviços de atenção à saúde com vista à correção de falhas entre esses dois modelos periciais vigentes, acreditamos que uma unificação de estruturas tão complexas, envolvendo diversas categorias profissionais, cada qual com especificidades e peculiaridades próprias, deve se dar a partir da deflagração de um amplo e inclusivo processo de discussão no qual todos os interessados deverão se manifestar de forma transparente, democrática e respeitosa.

O grande desafio a ser enfrentado não é com relação à centralização das perícias médicas, uma vez que a luta é incessante dos servidores, mas à busca de adoção de um sistema de saúde do servidor que priorize a prevenção contra o adoecimento, reconheça a incidência epidemiológica de patologias e humanize os procedimentos periciais.

A preocupação da categoria, juntamente com a do sindicato, é com a centralização do atendimento num único local no Setor Comercial Sul – escutei isso numa reunião que fiz aqui, pois havia uma grande preocupação sobre o local, sobre



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	3

o Setor Comercial, sobre a unificação dos endereços e tudo –, mencionando o estacionamento, que tem de haver a garantia de vagas de garagem para pessoas com deficiência e dificuldades de locomoção.

A reivindicação antiga dos profissionais de educação é a descentralização para que haja a homologação de atestados médicos nas coordenações de cada regional de ensino.

Outro ponto crucial é que os profissionais de diversas formações acadêmicas – medicina, psicologia, serviço social, odontologia, nutrição, fonoaudiologia, engenharia e administração – com o suporte dos servidores que integram a carreira Assistência à Educação não sabem ao certo onde vão trabalhar, pois algumas categorias, como psicólogos e assistentes sociais, têm especificidades próprias e complexas.

Nesse sentido, o objetivo desta audiência pública é que esta Comissão possa intermediar e viabilizar a instalação de uma mesa de mediação com a participação de representantes de todos os segmentos que integram as diversas perícias que compõem a estrutura do GDF.

Por fim, penso que o desejo da maioria desses profissionais é ser integrada a essa nova estrutura. Contudo reforço que a reivindicação antiga dos trabalhadores é a descentralização, para que haja a homologação do atestado médico nas coordenações regionais de ensino, bem como o ajuste da situação dos professores que trabalham na Cosaúde.

Eu gostaria de registrar a presença do Deputado Wasny de Roure e convidá-lo a participar da Mesa conosco. Registro também a presença do Secretário Marcos Dantas, a quem também convido a compor a Mesa conosco.

Bom, esse tema é de extrema relevância. Como eu mencionei aqui, ele traz angústia ao coração dos servidores. A nossa intenção realmente é poder intermediar, fazer uma mediação positiva em que encontremos um equilíbrio nessa situação e sugerir ao governo, se for o caso, uma mudança nesse decreto, que já foi... já saiu.

Como o Deputado Robério Negreiros já havia aberto a reunião... Eu gostaria de cumprimentar os componentes da Mesa e dizer que todos são bem-vindos, assim como os demais presentes aqui, nesta comissão.

A partir deste momento, a secretaria da comissão fará a inscrição dos que desejam fazer uso da palavra. Eu gostaria de saber se os Deputados presentes gostariam de fazer uso da palavra. Deputado Wasny de Roure, V.Exa. gostaria de fazer uso da palavra?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Depois.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Depois.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	4

Eu gostaria de convidar as demais autoridades que compõem a Mesa a fazer uso da palavra, inclusive o Secretário Marcos Dantas.

Concedo a palavra ao Dr. Alexandre Ribeiro Pereira, Secretário de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização.

SR. ALEXANDRE RIBEIRO PEREIRA LOPES – Bom dia a todos. É um prazer estar aqui com vocês para discutir a proposta de política de unificação de atendimento à saúde do servidor.

Em algumas oportunidades, eu já estive na Educação e na Saúde. Já fui conversar com vocês, servidores. Logo que saiu o decreto, antes de a gente falar com os servidores, a gente procurou as secretarias de gestão de pessoas de cada Secretaria para depois conversar com vocês. É importante, neste momento, a gente continuar discutindo isso e trazer para vocês algumas informações e posições a respeito dessa nossa política.

Primeiramente, a unificação da Subsaúde é um processo que já vem sendo discutido há muitos anos. A política integrada de atenção aos servidores é de 2012. Em vários momentos, em fóruns do setor, da área técnica, isso foi comentado, foi apresentado. Essa proposta vinha sendo debatida já há alguns anos.

Quando nós chegamos ao governo, tivemos acesso a essa proposta e entendemos que ela era meritória, que era uma boa política a ser implementada. Brasília era o único ente da Federação em que não era unificada a questão da saúde do servidor. Todos os outros entes da Federação têm não só a perícia, mas as políticas de atenção aos servidores com atendimento de forma unificada. E entendemos que era meritório seguirmos essa tendência, e como um primeiro passo daquilo que queremos implementar em prol da saúde do servidor, da prevenção do adoecimento do servidor e do tratamento da saúde do servidor.

Levamos isso ao Governador, discutimos isso no âmbito do governo e implementamos. Tivemos a concordância tanto da Secretaria de Saúde quanto da própria Secretaria de Educação e publicamos o decreto, que já vinha de uma longa discussão, tem embasamento técnico antigo. E entendemos que esse é o primeiro passo.

A saúde do servidor, para a gente, vai muito além da questão das perícias, como bem colocou a Deputada Sandra Faraj. É você trabalhar a saúde do servidor. E cada secretaria já tinha algum tipo de programa de apoio ao servidor. Na nossa Subsaúde, temos dezessete programas, além das questões das perícias. O que a gente quer fazer é dar o mesmo tratamento, buscar o mesmo tratamento de qualidade, a mesma atenção ao servidor, a todos os servidores do GDF. E a gente faz isso como padronização. A gente faz isso com trabalho integrado. Esta é a ideia:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	5

dar o mesmo tipo de tratamento, o mesmo tipo de resposta a todo servidor do GDF. Esse é o objetivo de termos a unificação.

Com relação aos pontos de atendimento, é importante dizer que, por exemplo, na Secretaria de Saúde, só existia um único ponto de atendimento para perícia do servidor, na Asa Sul. Só existia um único ponto de atendimento para perícia. Na Secretaria de Educação, também só havia um ponto de perícia, na Asa Norte. Só no Plano Piloto você tinha a Junta de Perícia Médica. Em Taguatinga, não. Homologação.

E o nosso objetivo...

(Intervenção fora do microfone.)

SR. ALEXANDRE RIBEIRO PEREIRA LOPES – Junta de Perícia Médica.

Então, o nosso objetivo...

E Brasília e Taguatinga também é muito pouco. Vamos combinar que o DF é muito grande.

O nosso objetivo é fazer a descentralização do atendimento da Subsaúde, mas precisamos de um prazo para isso, precisamos de um prazo, porque precisamos uniformizar os atendimentos. Então, com o centro administrativo, a gente pretende ter também um ponto avançado em Taguatinga a partir do início do ano que vem. E outros pontos... só que isso tem de vir dentro de um programa de trabalho.

Com relação à unificação, ela também já é uma realidade. As juntas de perícia já estão sendo realizadas, de forma unificada, para a saúde e a educação. Isso já está acontecendo. A política já está sendo implementada. A transferência dos servidores da saúde já se deu de forma praticamente completa. A Luciene vai explicar melhor disso depois.

E, na Educação, temos feito diversas reuniões com o Secretário Júlio, inclusive com vocês, servidores da educação. Recebi diversos na minha sala. Fui ao centro de atendimento de vocês, na Asa Norte, para conversar com vocês, logo na edição do decreto. Minha porta está sempre aberta para conversar. Vocês já sabem. Vários aqui já conversaram comigo, sempre no sentido de tentar ajustar o interesse individual à política de governo. Na medida do possível, a gente tem procurado atender aos interesses individuais de quem eventualmente prefere ficar na sua unidade. E, em diversos casos... Em alguns casos na saúde, enfim, a gente tem feito isso.

Só que a gente tem que ver o interesse público. A gente não pode deixar o servidor desassistido. Então, eventualmente, para a gente atender ao interesse individual, a gente precisa de um tempo para isso. Vamos precisar de um novo concurso para poder depois devolver ao servidor. Mas, em primeiro lugar, a gente



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	6

tem que pensar no servidor público como um todo, no atendimento ao servidor público.

Então, a gente tem procurado atender aos interesses individuais, mas temos que olhar para o interesse público, em primeiro lugar. Esse é o ponto.

Vou parar por aqui, para dar tempo de ouvir vocês e para depois poder responder às perguntas de vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Obrigada, Secretário.

Eu gostaria de passar a palavra ao Sr. Denivaldo Alves do Nascimento, Secretário-Geral do Sindicato dos Trabalhadores em Escolas Públicas no Distrito Federal.

Antes eu registro a presença do Deputado Chico Leite, que vai compor a Mesa conosco.

SR. DENIVALDO ALVES DO NASCIMENTO – Bom dia a todos. Eu queria agradecer o convite na pessoa da Deputada Sandra Faraj e cumprimentar todo o plenário, parabenizando a todos pela presença. Eu acho que o debate é esse mesmo, um debate com os atores do processo, que participaram a vida toda desse processo de discussão e de trabalho.

Quero fazer uma correção ao Secretário de Administração: todos esses trabalhadores em educação e da saúde, que estão aqui, estão há anos trabalhando com atendimento à saúde do trabalhador e fizeram seu papel até aqui. Se funciona o Cossaúde hoje, funciona a instituição, é por que esses trabalhadores que estão aqui prestaram o seu papel.

Então, esse não é o caso de dizer em atendimento somente dos servidores. Isso dá impressão que não houve. E que houve, não é verdade? Nós temos profissionais que atenderam nesse período e foram muito bem atendidos. Está certo? Eu acho que esse processo tem que ser discutido mesmo.

Eu me lembro que já mandaram projetos de leis para a Câmara Legislativa. Viemos aqui, fizemos o questionamento nesta Casa, trouxemos servidores e retiramos o projeto da pauta do dia para não ser aprovada e virar lei, porque consideramos que tem de fazer o debate, ainda mais de um decreto que é muito frágil. Do ponto de vista legal é frágil. E a gente precisa discutir realmente.

Se nós não tivéssemos o interesse de discutir o assunto, acho que nós não estaríamos aqui. Esse grupo de trabalhadores não estaria aqui para discutir o assunto e discutir o que realmente é fundamental. Primeiro, eu queria colocar isso.

Segundo, eu queria colocar outras coisas aqui. A partir do momento em que a gente toma uma decisão desse porte, tem-se que discutir algumas situações. Primeiro saber se a descentralização, hoje está integrada, atende ou não a





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	7

necessidade do órgão. Eu acho que ela vem atendendo. Nós concordamos na permanência de ficarem abertos alguns postos, como, por exemplo, o de Taguatinga. Não tem problema algum o de Taguatinga permanecer, até porque é um órgão que não está gerando custo algum para o Governo. É um órgão do Estado e não tem nenhum custo para o Governo.

A outra questão é: quais são as garantias de esses servidores virem para a Segad, serem transferidos para a Segad e trabalharem aqui no Cosaúde? Que garantias que eles têm? Eles vão ter as garantias da permanência dos seus direitos, que estão na própria Lei nº 5.106, que rege a nossa Lei nº 840/2011, que rege todos os servidores públicos do Distrito Federal? Eles terão essa garantia?

Com relação a outra discussão, por que não trazer uma proposta assim, nessa centralização? Como vai atender não somente a um órgão, aqueles profissionais que vão se instalar no Setor Comercial Sul – diga-se de passagem, se não houver a liberação do estacionamento privativo, é horrível aquele lugar para estacionar, não tem acessibilidade; muito ruim a acessibilidade –, gostaria de saber, se ao discutir a ida deles para lá, estão discutindo produtividade para esses servidores? Quem sabe uma produtividade? Algum atrativo para que eles possam desempenhar o seu papel, porque são profissionais e são necessários para o atendimento dos nossos servidores. E a possibilidade de permanecer no próprio órgão.

Nós, enquanto sindicato, defendemos que não somente haja um atendimento para o nosso público, que é fundamental, mas também o servidor tem que trabalhar com boa vontade, ele tem que estar lá espontaneamente, grato por estar lá, desempenhando o seu papel como servidor público. A gente precisa pensar nisso.

Nós estamos aqui para fazer esse debate. Nesse debate já vínhamos discutindo sobre a perícia médica – esse debate não é de hoje, antigamente a perícia médica era totalmente descentralizada –; depois, fez-se uma discussão de permanecer somente três: na 711, depois em Taguatinga e no Gama. Depois que foi-se reduzindo aos poucos. E agora reduziu-se totalmente.

Para mim, eu ainda continuo dizendo que essa perícia que está instalada no Setor Comercial Sul parece-me um grande INSS. É preciso tratar mesmo com muito zelo como vão os nossos profissionais. Todos que estão aqui têm o compromisso de desempenhar o seu papel, mas querem desempenhar o seu papel com tranquilidade, com maestria, como eles sempre vêm desempenhando a duras penas, porque as condições de trabalho de lá para cá não eram muito gratificantes. Está certo? Mas eles vinham desempenhando o papel deles muito bem. Então, é preciso que a gente pense nisso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	8

Se a gente não concordar com esse decreto, ele tem fragilidade jurídica. Obviamente a gente não quer fazer uma discussão que possa trazer um problema maior. Mas, sim, agregar algumas discussões aqui de forma que a gente possa vir com total espontaneidade, porque os servidores da Secretaria de Estado de Educação se quiserem permanecer naquele órgão a lei ampara; eles vão permanecer lá; eles não são obrigados a vir para a Segad. Está certo? Porque eles têm a garantia do seu direito na própria 840.

Mas, nós podemos fazer um debate, quem sabe discutir, vir um grupo de servidores, servir a perícia médica da forma que vem servindo com muita maestria até hoje e, quem sabe, a gente possa sair daqui com uma proposta unificada. Mas, eu acho que esse debate tinha que ter sido feito muito antes.

Uma última questão aqui é a da paridade no Conselho de Saúde. O Conselho de Saúde hoje não tem paridade para discutir os problemas da saúde dos servidores públicos que a gente vem discutindo há muitos anos que é inclusive a criação de um plano de saúde para os servidores públicos e outras questões mais. No próprio atendimento em si da saúde do trabalhador e no Conselho de Saúde hoje você não tem essa paridade. Você tem uma representação dos trabalhadores que é da Central Única dos Trabalhadores, mas não tem de todas as entidades e das categorias representativas dos servidores que hoje vai estar instalado lá e unificado naquela perícia médica. Então, é preciso também avançar para isso.

Acho que aqui hoje temos que fazer esses debates, sair com uma proposta que esteja a contento de todos e não só a contento do Estado. E, volto a lembrar: todos os servidores desta Casa que estão aqui hoje sempre serviram e sempre servirão o Estado muito bem ainda que com toda a debilidade e deficiência que tem nossos órgãos, mas eles vão aqui prestando serviço com maestria como vem prestando até hoje.

Portanto, quero parabenizar todos os servidores que em anos fizeram o trabalho mesmo com todas as dificuldades no Cossaúde, na questão da saúde do trabalhador, com todas as deficiências, mas fizeram com habilidade e eficiência.

Um grande abraço companheiros. Podem contar com o Sindicato dos Auxiliares dos Trabalhadores em Educação, que estaremos aqui defendendo o interesse público, o interesse dos nossos servidores públicos e também o interesse do bom funcionamento do Estado. Um grande abraço.

A luta continua! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Obrigada, Secretário.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE – Bom dia a todos e a todas.





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	9

Hoje, a Casa, Presidenta, está com três ações muito importantes que colocam bem a Casa na intervenção das políticas públicas do Distrito Federal. No plenário, um debate sobre as entidades estudantis, sua inserção no sistema educacional; na Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle de onde vem um debate sobre os postos de segurança, seu destino, enfim, a política pública alternativa utilizada, e aqui a discussão sobre a unificação das perícias. De maneira que diz bem a população sobre o trabalho da Casa Legislativa.

Eu peço licença para cumprimentar a Mesa na pessoa da Presidenta para procurar ser breve.

Preciso fazer algumas observações. A primeira delas é que nós precisamos profissionalizar o Estado, nós não podemos ter uma política para cada setor segundo o governo de plantão. Todo governo que entra renova o debate. Renova o debate segundo sua visão e segundo as alternativas que imagina que tem, estimo que de boa fé sempre, mas sem debater isso com a comunidade, com aqueles que prestam o serviço diretamente. De maneira que o que mais me impressionou nesse processo foi a avaliação da exceção pela regra. Explico: se a unificação das perícias é importante para a eficiência da máquina, para a melhoria dos recursos humanos – a grande ferramenta de trabalho é os recursos humanos –, então que se o faça! Mas que não se o faça com fundamento em dados circunstanciais como, por exemplo, com um número de atestados excessivo, trabalho poucas horas laboradas, dedicadas.

Se assim o é, se há quem trabalhe menos do que deveria, se há quem sirva aquém do que seria sua obrigação, que se instaurem procedimentos para apurar, mas que não se responsabilize toda uma política pública para isso.

Nesse particular, eu preciso dizer, Sr. Presidente, eu fiquei bem impressionado com o fato de o governo ter assumido um compromisso conosco àquela tarde – Deputado Raimundo Ribeiro e Deputado Bispo Renato Andrade não se encontram, mas estavam comigo –, o compromisso de sustar os atos de execução do decreto até que os profissionais fossem inseridos na discussão.

A minha impressão – sem querer entrar no mérito, porque não sou especialista na matéria; e com todo respeito à política de implantação e aos servidores e servidoras – é que é preciso que se sustem os atos e que se reabra esse debate com uma representação daqueles que prestam o serviço diretamente. Esta, a minha proposta, Sr. Presidente, e a minha contribuição.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Deputado Chico Leite, eu me inspiro no seu brilhantismo a cada reunião. V.Exa. colocou muito bem alguns pontos que eu quero reforçar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	10

Antes, porém, eu gostaria de cumprimentar o Deputado Bispo Renato Andrade, que chegou, a quem convido para compor a Mesa.

O Deputado Rodrigo Delmasso estava aqui; ainda está conosco? Não está mais. Hoje estamos correndo, é verdade.

Eu queria reforçar alguns pontos. Eu concordo plenamente, Deputado, quando falamos sobre políticas de Estado. Nós temos que trabalhar políticas de Estado. O Brasil sofre muito com isso. Eu estico um pouco mais: transcendemos o Distrito Federal. Nós temos que pensar em políticas de Estado, políticas para o Brasil, para o País inteiro, além do Distrito Federal, e não só de governo.

A cada quatro anos, mudam-se as ideias, e o povo vai sofrendo, os servidores vão sofrendo. Uma hora vão fazer uma ponte; depois, outro governo entra e não vai mais fazer a ponte; uma hora vai-se unificar a carreira; depois não vai; vão dar aumento, não vão; agora o nosso viés é esse; no outro governo era outro viés. Isso prejudica muito o nosso dia a dia.

Eu torço – nós fazemos parte de uma geração, eu e o Deputado Bispo Renato Andrade, sem desmerecer de maneira alguma os nossos Deputados que estão há mais tempo –, mas nós já viemos com essa cabeça de trabalhar uma política que pense mais no ser humano do que nas coisas.

Com relação a essa questão, realmente houve um compromisso, Deputado Chico Leite. Nós conversamos com o governo quando vieram os questionamentos a respeito da unificação, desse decreto. Sr. Secretário Alexandre, nós conversamos com representantes do governo para que segurassem um pouco a publicação do decreto, até que pudéssemos ter esse momento aqui, de escutar os dois lados, para que pudéssemos sair daqui com uma ideia mais clara de como poderia ser. Já que teria que sair a publicação, nós concordamos – estou falando por mim –, mas que houvesse uma mediação, mais pontos convergentes do que está havendo. Nós entendemos que houve realmente um compromisso do governo. Pena que esse decreto foi publicado de forma temporã, ante os nossos olhos.

Com a palavra o Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Deputada Sandra Faraj, não sou da Comissão de Constituição e Justiça nem da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, mas eu não poderia deixar de estar presente, até porque alguns servidores cobraram a nossa presença nesta Comissão tão bem dirigida por V.Exa.

Eu queria cumprimentá-la, inicialmente, pela sensibilidade, Deputada. Eu acho que V.Exa. captou um momento importante que os servidores estão vivendo e trouxe para a sua Comissão pessoas do calibre do Deputado Chico Leite e outros colegas membros desta Comissão que têm bastante acúmulo para aprofundar o debate.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	11

Eu quero cumprimentar o Dr. Ricardo, da Defensoria Pública. Acho muito importante e relevante a sua participação nesse processo, por aquilo que ele representa na Defensoria Pública.

Cumprimento o Secretário Dr. Alexandre, que tem tido uma desenvoltura extremamente significativa nos ajustes necessários diante de um novo governo. Quero cumprimentar a Eliane, da Sugep; a Luciene, coordenadora do Pró-Saúde; e o Denivaldo, presidente do SAE. Eu quero cumprimentar também cada um dos servidores, bem como a minha amiga presidente do SindSaúde, Marli. (Inaudível.)

Creio que o governo, na perspectiva de pensar a racionalidade nesse processo, naturalmente surpreendeu todos os servidores. Eu creio que mais importante que o fato é como o fato foi produzido.

Eu entendo que no processo democrático que nós vivemos, o diálogo com as entidades sindicais que fazem parte desse processo de organização dos trabalhadores é um procedimento extremamente sadio, que fortalece a transparência, a credibilidade e a real intenção.

Eu não tenho dúvida de que o Governador Rodrigo Rollemberg tem a melhor das intenções, só que a vida não é feita só de boas intenções. Ela é feita do enfrentamento a cada um dos problemas.

Cabe novamente registrar os cumprimentos a Deputada Sandra Faraj. Já tivemos uma audiência anterior, à qual eu estive presente. Esta é a segunda audiência pública, e trouxe aquilo que para os profissionais do setor é importante.

Querendo ou não, nós temos dois problemas. O primeiro deles é a especificidade de cada segmento aqui no Distrito Federal. Uma vez superado que quem está na área da educação enfrenta um tipo de problema; quem está na área da saúde enfrenta outro tipo de problema, a partir daí, há toda uma adaptação física, emocional, intelectual naquela direção profissional. Nós temos reflexos na saúde também de maneiras diferenciadas, seja um servidor da segurança, um servidor da fiscalização, um servidor da educação, um servidor da saúde, enfim.

Naturalmente, temos que ter perícias ajustadas para fazer isso. É algo extremamente importante que já verificamos em outros momentos, quando trabalhamos no Ministério da Previdência, onde já tínhamos visto várias reclamações, por exemplo, de médicos de vista terem que fazer a perícia em um paciente portador de problemas neurológicos. É claro que não tem a mesma desenvoltura, por mais perito que seja. Com todo respeito aos profissionais, isso reveste-se de uma complexidade muito grande.

Uma vez isso superado, vem a segunda questão. As pessoas que constroem a sua vida profissional, conforme foi muito bem colocado pelo Deputado Chico Leite, acabam passando pelas mudanças que os governos fazem, as adequações – algumas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	12

pertinentes, outras nem tanto –, trazendo movimentações à vida dos servidores. Não que eles vão deixar de ter compromisso com o público, compromisso com a sociedade. Exatamente porque constroem uma vida com esse compromisso, também têm a sua vida ajustada.

Aqui eu não quero entrar em nenhuma particularidade, porque parece que nós vamos render o interesse público ao interesse específico de cada um. Não é esta a natureza desta audiência. Mas do ponto de vista do diálogo, do entendimento, é mais do que necessário um ajuste na proposta.

Então, Dr. Alexandre, é muito importante que a Secretaria tenha sensibilidade para com as adequações funcionais de pessoas, por exemplo, que serviram, serviram, serviram e, às vésperas de sua aposentadoria, de repente, são mandadas...

Há uma servidora aqui na unidade do Plano Piloto que está às vésperas da sua aposentadoria e, de repente, porque ficou liberada do seu serviço, é mandada para uma escola lá na cidade de Brazlândia. Brazlândia precisa e deve merecer excelente atendimento por parte do servidor, mas dificilmente vai servir quando a decisão é feita com essa motivação.

Então, essa questão mexe com a vida das pessoas. Ela tem que ser tratada com a delicadeza e a dificuldade do problema, porque Brasília pode parecer pequena, mas, se vai de Planaltina ao Gama, você mede quanto é a distância e o tempo que se gasta exatamente no período de congestionamento.

Por último, eu encerro, dizendo que ontem mesmo, com essa preocupação, sabendo desta audiência, nós abordamos o Governador sobre essa temática. Demonstrou bastante abertura em recepcionar, em tratar, mas não abriu mão do decreto que foi produzido, do qual as devidas adaptações estão em curso.

Portanto, a minha palavra é no sentido de apoiar, da mesma forma em que há o diálogo e o entendimento com as autoridades para que nós possamos encontrar os ajustes necessários. Nada que é traumático produz, no tipo de serviço dele, uma relação satisfatória, respeitosa que precisa haver, porque as pessoas que trabalham têm o cuidado de recepcionar colegas que estão em quadro de vulnerabilidade, fragilidade e que precisam ter o acolhimento nas unidades para o devido tratamento e encaminhamento na Administração Pública.

Conte conosco, Sra. Presidenta. Mais uma vez, parabéns, porque a senhora qualifica esta Comissão. Acho que é muito importante, Deputada Sandra Faraj – não é um elogio gratuito que eu estou colocando para a senhora –, fazer da Comissão um espaço de debate de problemas concretos que vivemos. Esta Comissão está, neste momento, diante de um decreto que tem questionamentos por parte dos servidores, das famílias que estão envolvidas e dos servidores como um todo, porque



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	13

essa mudança é tão abrupta e tão difícil para ser analisada. Mas eu creio que o resultado é muito decorrente desse processo que V.Exa. trouxe para esta Comissão.

Felicitos as autoridades do GDF, que estão dando abertura para sentar e dialogar. Eu creio que isso já é uma marca significativa, viu, Dr. Alexandre e a equipe toda que está aí. Entendo que é significativa, bem como a Defensoria Pública, do ponto de vista de dar o devido respaldo na defesa do direito seja do servidor, seja daqueles usuários do serviço.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Deputado Wasny de Roure, eu queria agradecer as palavras. Realmente, esta Comissão é um lugar aberto, democrático para a discussão e para atender toda a população em assuntos delicados que têm sido questionados. Obrigada pelas palavras, Deputado Wasny de Roure.

Deputado Raimundo Ribeiro, o senhor gostaria de fazer uso da palavra?

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Daqui a pouco.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Daqui a pouco. Então está bom. Vamos continuar.

Eu gostaria de convidar a Sra. Marli Rodrigues, Diretora-Presidente do SindSaúde, para compor a Mesa. Vamos abrir um espacinho aqui para que ela possa compor a Mesa, por gentileza. Agradeço também a presença.

Eu gostaria de passar a palavra à Sra. Luciane Kozicz, Subsecretária de Segurança e Saúde no Trabalho.

SRA. LUCIANE KOZICZ REIS ARAÚJO – Quero cumprimentar a Presidente da Mesa, os demais participantes e todos aqui presentes. Meu bom-dia.

O que eu quero trazer para vocês é um pouco de como foi delineada essa política. Pelo que se falou aqui, isso aqui é uma política de Estado. Foi isso o que ela se tornou. Hoje nós somos um dos seis entes da Federação a ter uma política de saúde do servidor. Política eleita no CONAPREVI – Conselho Nacional de Previdência – a ser instituída nas demais previdências de outros estados como modelo a ser seguido. Política eleita pelo Ministério da Saúde a desenhar políticas de saúde do trabalhador. Onde nós fomos inicialmente cunhar essa política: no Ministério da Saúde, na OIT e nos dez últimos anos de estudo científico para se desenhar essa política.

Então ela está bem fundamentada no que se prega na saúde do servidor e, para debater e escrever essa política, que foi feita no ano de 2012, eu trouxe os manuais. À época, apresentei a política ao Deputado Wasny de Roure, então



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	14

Presidente desta Casa, e ela foi lançada para que os servidores tivessem conhecimento.

Como a gente sabe que aquilo que não está registrado muitas vezes não é feito, a gente fez dois manuais oficiais de governo: o de segurança e saúde no trabalho e o de perícia médica oficial.

Não bastasse isso, lançamos, junto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no Consad, onde o governo paga a inscrição da maioria dos servidores a estar presente, a política. Com isso fomos a mais de oito estados para ajudar a cunhar a política desses estados. Isso aqui foi feito com representantes da Secretaria de Educação, da Secretaria de Saúde, do Iprev, dos Sugeps das áreas, tendo a representatividade de grupos de trabalho específicos nos programas aqui desenhados e nos nomes aqui escritos. Pediu-se aos secretários que isso fosse colocado nas páginas para manter um diálogo com o servidor.

Então, desde 2012, esses manuais estão disponíveis. Não é algo rígido e trancado, a gente aceita sugestões e tem que trabalhar para atender melhor o nosso servidor.

Com isso, foi feito um debate, desde 2011, quando surgiu essa subsecretaria, por estar ligada à época à Seap, hoje Segad, por ser o órgão central de gestão de pessoas, para a gente se manifestar.

Não satisfeita com isso, eu coordenei uma pesquisa nacional, dentro do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Administração, pesquisando, por secretaria, do que se adoce, qual a Cid mais incidente e que programas a gente pode cunhar com isso, o que também virou uma referência nacional porque a gente criou câmaras técnicas sul, sudeste, norte, nordeste e centro-oeste.

Então constatamos que a secretaria que mais afasta hoje no governo é a Secretaria de Estado de Educação. Cinquenta e nove por cento dos afastamentos estão lá e a Cid de maior incidência é o transtorno mental e comportamental, seguido do Cid (ininteligível). Com tudo isso, a gente tentou profissionalizar esse campo e abrir um debate com o servidor, na medida em que esses representantes estavam no Conselho.

Eu não posso passar por cima de um secretário de Estado, entrar na secretaria e apresentar, mas compareci a todos os fóruns aos quais fui convidada a falar desse tema. Não satisfeitos com isso, publicamos 36 trabalhos científicos na área, recebendo o prêmio da Comissão Internacional de Saúde Ocupacional, na Coreia, pela disfonia com os músicos da orquestra sinfônica.

A gente tentou de diversas formas. Nos fóruns a que eu fui, dos quais eu tenho foto, dentro dos hospitais e na educação, quando fui convidada, o número de participantes para escutar sobre a política era em torno – o que mais teve





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	15

participação – de 17 ou 18 pessoas. Tentou-se divulgar. A gente procurou todos os meios para isso, tanto é que escrevemos sobre isso e essa se tornou uma política de Estado.

Eu estou desde 2011 coordenando essa subsecretaria. Venho da UnB, minha especialidade é em saúde do servidor e esse governo entendeu que essa, sim, deve se tornar uma política de Estado até pela pressão do Governo federal junto com as entidades para se tocar esse projeto.

O que quero dizer é que algumas questões quanto à paridade, aos sindicatos que deveriam participar, pedimos à presidência da CUT, ao subsecretário de gestão de pessoas, da educação e da saúde, que indicassem as pessoas que deveriam cunhar junto conosco todo esse trabalho. E a gente não teve isso. Assim que foi publicado o decreto, os sindicatos nos procuraram. A nossa abertura é a seguinte: já está resolvido, deve ser paritário e terá representatividade.

Não estamos num lugar ideal. Eu fico pensando, quando me disseram, assim, que a gente trabalhava lá, no Giso, com duas salas de aula quebradas e três consultórios, na Escola de Governo, eles nos ofereceram ir lá para trás da Feira do Paraguai. E lá, com a minha equipe, de 96 pessoas, eu disse: “nós precisamos sonhar um pouco e nós vamos alcançar isso. Eu gostaria de protagonizar um lugar central em Brasília. Não para privilegiar esta ou aquela população, mas o todo”. E foi ali que a gente conseguiu. No *Corporate*, em frente ao Parque da Cidade, atrás do Pátio Brasil e do Venâncio 2.000, com sete andares de estacionamento, com 23 consultórios, sendo que: os de psicologia, todos com isolamento acústico; os médicos, dentro das recomendações médicas que deve haver para atender um servidor, e foi lá onde a gente conquistou isso.

Hoje nós não temos uma fila! Se pensar a Subsaúde, em si, para atender junta, nenhum processo judicial parado, para dar parecer, além do acordo com o Tribunal Superior do Trabalho e com o Tribunal Regional do Trabalho, para lerem esses processos, a fim de diminuir a judicialização e atender melhor o servidor.

Então, eu creio assim: que a gente está aberta a tudo. As reivindicações do Sindicato já chegaram, recentemente a gente teve uma reunião, já abrimos mão de algumas coisas e a ideia é a gente construir esse caminho, mas esse decreto precisava sair, porque todas as decisões do nosso Conselho de Segurança e Saúde no Trabalho foram publicadas no Diário Oficial do Distrito Federal e lá estava a indicação da unificação. Sim, nós já tínhamos decidido isso.

Então, eu sinto por isso não ter sido repassado às suas chefias e aos servidores. Essa já era uma decisão de Governo e uma referência na política de Estado como se prega e como deve ser uma política: com continuidade. E essa foi a nossa briga desde o início.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	16

A centralização é outro ponto sobre o qual eu quero dizer para vocês. De Taguatinga, hoje a gente recebeu uma notificação, não de hoje.

Como é que tramitam os nossos prontuários. Essa é uma briga nossa com o Governo. Está aqui o Alexandre, meu chefe: o Secretário Alexandre. Precisamos informatizar, a gente não pode pegar um prontuário e colocar embaixo do braço, mandar para Taguatinga ou deixar na Saúde e vir esse documento, pelo Correio, ou na mão de um médico ou servidor, porque isso prejudica a vida do servidor, na contagem para aposentadoria, por exemplo. Como é que a gente vai deixar isso, tramitando, de lá para cá, de cá para lá e tudo? Então, a gente já tem um planejamento.

Em 2014, quando entrou esse Governo, eu já tinha deixado, na mão deles, um planejamento para 2015/18, com essa unificação e com o processo de digitalização de formulários, a respeito do qual a gente já fez uma parceria, com o Ministério do Planejamento, para poder isso acontecer. E fazer uma descentralização com compromisso, porque é uma falácia dizer que tem um ponto lá e que as pessoas vão dizer “pum, eu carimbo”.

Nós não podemos olhar a pessoa como um corpo doente, com perícia e, por isso, a nossa política tinha tanto sucesso.

Historicamente, o GDF não tinha esses dados, esses programas na sua história. Então, saímos de dois programas de promoção e de prevenção e hoje temos dezessete, sendo que a clínica do trabalho é um sucesso mundial na área de transtornos mentais e comportamentais. E é onde a gente atua.

A gente não chegou com essa unificação e disse assim: “vocês vêm, acabou”. O decreto tem essa força, mas a gente acredita que esses profissionais tão qualificados de saúde tenham muito a contribuir. E é preciso ter novos programas. Por exemplo: hoje a gente está fazendo todo um mapeamento de riscos dentro do GDF. A gente já fez, nas Secretarias em que a gente atua... Eu até brinco, existem a Educação e a Saúde, e todas as demais são nossas - 9 mil exames periódicos.

O dever de casa da política estava aqui, desde 2012, na Educação e Saúde, mas isso a gente já vem fazendo: a pesquisa do biênio 2013/2014, para ver que esses programas tiveram impacto na vida do servidor. Com muitos compromissos, com uma equipe muito profissional – como vocês, que eu tenho certeza de que são – e adequando isso. Mas precisava sair até mesmo por uma indicação do próprio Tribunal de Contas do DF.

Porque eu estive, na mídia, o tempo inteiro, na gestão passada, dando satisfação de que professor não vai à aula, de que médico tem atestado amigável e eu não concordo com isso. Acho que isso é uma exceção, mas eu não posso mudar e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	17

alavancar essa política, para a áreas de educação e saúde que afastam 70% dos servidores sem gestão do processo de trabalho.

É isso que eu peço para vocês, porque o nosso foco é a organização do trabalho, as condições do trabalho, que nós mostramos que conseguimos, com esses consultórios, e as relações profissionais. Isso é o que prega a Saúde do Trabalhador no mundo de hoje.

Agradeço a atenção e estou inteiramente à disposição. Todas as entidades de classe profissionais que pediram para falar comigo foram recebidas. Quero frisar isso.

Então, acho que a gente tem de procurar as instâncias corretas e definir essas questões.

Agradeço a atenção de todos. Um bom-dia a todos!

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Obrigada, Subsecretária.

Eu gostaria de passar a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Bom dia, Presidente e bom dia a todos.

Quero me desculpar pelo atraso, porque tive uma reunião agora, com o Líder do Governo e com o Deputado Bispo Renato Andrade, Presidente da CPI.

Talvez, as minhas colocações aqui já tenham fiquem fora do tempo, porque não estive no início. Mas, eu me recordo que esta audiência surgiu num contexto de que estava prestes a ser editado, pelo Governador, um decreto sobre a questão das perícias, a questão da unificação e essa coisa todo.

Se não me engano, foi aprovada aqui e encaminhada ao Executivo uma solicitação no sentido de que aguardasse um pouco a edição ou a execução desse decreto, para que a Câmara Legislativa, atendendo ao pedido de diversos segmentos, inclusive, de entidades sindicais, pudesse fazer uma ampliação do debate e, só a partir daí, dentro de uma solução de consenso, que certamente seria encontrada nesse debate, teríamos a executoriedade do decreto.

Não sei, Presidente, se foi exatamente isso. Foi isso, Presidente, Deputada Sandra Faraj? O Governo, infelizmente, não pôde esperar. É isso?

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Isso. Na realidade, não sei o motivo exato pelo qual foi publicado esse decreto. Não sei. Estou, em mãos aqui, com a indicação que nós aprovamos, aqui, na Comissão, no mês de junho, se não me engano. Esse foi no dia em que foi publicada. Fizemos uma indicação que sugere ao Governador...

Eduardo, esse aqui é o da sustação. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	18

Exatamente. Fizemos uma solicitação, pedindo que não fosse publicado, porque viria a ter audiência. No dia em que foi marcada a audiência para começar a discussão, eles publicaram o decreto. Então, foi exatamente no dia audiência. Mudamos a nossa ação aqui e fizemos a indicação pedindo a sustação. Mas era algo que já havíamos conversado, com o Governo, para que houvesse uma paciência, pelo menos, para que pudéssemos conversar.

Realmente, Deputado Raimundo Ribeiro, foi isto: não houve tempo.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – O Governo não pôde ter essa paciência, não é?

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Não teve.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Se me permite, Presidente, parece-me que estamos com o Secretário de Gestão, Dr. Alexandre, aqui na Mesa. Não é isso?

É um prazer, doutor. Se for possível e se ele puder me esclarecer, eu gostaria de saber quais teriam sido os motivos tão relevantes que impediram o Governo de aguardar que esse debate seja feito?

Por que é necessário que já esteja em plena execução essa situação?

SR. ALEXANDRE RIBEIRO PEREIRA LOPES – Porque a saúde do servidor não pode esperar. A gente precisa avançar em relação à saúde do servidor.

Como a Subsecretária Luciane colocou, isso inclusive foi encaminhado. Essas propostas, essas políticas foram encaminhadas para a Câmara Legislativa nos últimos anos.

Em que ano que isso foi entregue?

(Intervenção fora do microfone.)

SR. ALEXANDRE RIBEIRO PEREIRA LOPES – Em 2012, foi entregue para o Deputado Wasny de Roure, que está aqui presente. Então, há três anos esta Casa tem ciência dessa política. Isso foi discutido com esta Casa. Isso foi discutido com...

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Com o que o senhor está falando, então, eu poderia entender que, na verdade, esse decreto...

SR. ALEXANDRE RIBEIRO PEREIRA LOPES – É a conclusão de um trabalho.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Teve como pai o governo anterior lá, preocupado com saúde?

SR. ALEXANDRE RIBEIRO PEREIRA LOPES – Exatamente.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ah, tá.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	19

SR. ALEXANDRE RIBEIRO PEREIRA LOPES – Nós mantivemos a Luciane, que é a Subsecretária.

Quando conversamos com ela no período de transição, nós nos encantamos com as propostas de trabalho dela para a saúde do servidor, com os projetos que ela tem e que vinha desenvolvendo na área. Nós a mantivemos no cargo, pegamos a proposta que era a execução dessa política que foi estabelecida em 2012, levamos para o Governador, discutimos com os demais secretários e entendemos que era uma política boa: “Vamos implementar”.

Essa proposta já vinha sendo discutida há bastante tempo. Essa política é antiga. O que nós fizemos foi torná-la real, mas em nenhum momento falei que essa fosse uma política deste governo. Eu falei exatamente isto: nós pegamos uma política que já tinha sido construída, que tinha sido publicada e estamos dando mais um passo.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Então, deram continuidade, na verdade, àquilo que o governo anterior tinha proposto. É isso?

SR. ALEXANDRE RIBEIRO PEREIRA LOPES – Exatamente.

Essa proposta vem sendo discutida no âmbito da Subsaúde, nos órgãos, no conselho de saúde, nos órgãos nacionais e distritais que tratam da saúde do servidor tecnicamente. É um processo de construção. Como toda política pública, ela é um processo de construção que vai evoluindo.

Houve a publicação da política. Essa política começou a ser implementada. Esses manuais que foram apresentados começaram a ser colocados em prática.

O que nós pegamos agora? Avançamos um passo, quer dizer, pegamos a política num determinado momento, avançamos um passo que não tinha sido dado, que é o passo da unificação, e vamos dar mais passos. Temos diversos outros projetos.

A questão da saúde do servidor, na Secretaria de Gestão Administrativa, é central. O servidor, na Secretaria de Gestão Administrativa, é central, ele não é uma coisa paralela à nossa atividade principal. Não. A saúde do servidor é um tema central. O nosso trabalho não se encerra na unificação. Ele começa na unificação. É pegar essa política e levá-la adiante. Isso é o que a gente pretende.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Entendi.

Hoje em dia, então, está funcionando... Por exemplo, hoje um servidor apresenta um atestado, obtido por médico particular, e vai à secretaria ou a esse lugar que vocês arrumaram e lá o revalida. É isso?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	20

SRA. LUCIANE KOZICZ REIS ARAÚJO – Na realidade, é importante a gente saber a diferença entre doença e capacidade laborativa. Eu posso estar doente, mas eu posso trabalhar. Isso existe.

Na realidade, o que a gente faz é a avaliação da capacidade laboral do servidor. Com aquele atestado, a gente vai ver se ele está incapacitado para o trabalho ou não. Ele vai lá fazer essa troca.

Outra coisa que a gente faz também é monitorar. Porque, se ele apresentar muitos atestados durante o ano, isso significa que há alguma coisa errada no processo de trabalho dele. E aí a gente entra com o programa de gestão. Como no caso, hoje, a gente é referência no programa de gestão com os deficientes físicos. A gente só não larga ele lá, mas faz desde a entrada no trabalho até a sua aposentadoria.

Além dos admissionais e de toda essa parametrização aqui descrita, reduziu-se o tempo de atendimento em laboratório de 32 minutos para 18 minutos.

Então, são simples ações como deixar à disposição o formulário, o que ele precisa levar, que diminuem a insatisfação do servidor.

Como eu falei: hoje a educação estava marcando juntas com prazo de trinta a quarenta cinco dias. Na Subsaúde, a gente marca de uma semana para outra, porque entende que é essa a capacidade, que é esse o aval que o servidor tem para não ter falta na folha dele. Nisso é garantida a satisfação do servidor, com pesquisa. Como falei, agora mesmo, vamos apresentar, até o final do ano, o biênio 2013/14, dizendo se essa CID – a classificação internacional de doenças – continua sendo essa e ver que Secretaria ainda está apontando para a emergência da nossa atuação.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Dra. Luciane, obrigado pelo esclarecimento. Mas só para que eu possa entender bem: a senhora distinguiu muito bem – fazia muito tempo que eu não ouvia isso – a capacidade laborativa da licença em si.

Então, posso entender que o ex-Governador Agnelo não tem capacidade laborativa hoje, porque temos aí um ex-Governador que, tão logo terminou o seu Governo, saiu de licença – não sei exatamente em que circunstâncias, estou solicitando as informações – e, logo depois, chega a Brasília e apresenta um atestado médico que foi revalidado por essa nova política. Parece que o atestado foi mantido depois, porque apresentou um outro atestado.

Então, ele não tem capacidade laborativa. Hoje, a Secretaria que os senhores dirigem garante isso? (Palmas.)

SRA. LUCIANE KOZICZ REIS ARAÚJO – Então, ele foi à saúde. Primeiro, que ele não... o processo de unificação está ocorrendo, ainda não está na Subsaúde.





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	21

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ah, não?

SRA. LUCIANE KOZICZ REIS ARAÚJO – Ele está... a tramitação de documento.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Mas ele está de licença.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Por gentileza, gente, vamos deixar a Secretária explicar.

SRA. LUCIANE KOZICZ REIS ARAÚJO – É, se eu puder explicar... A gente hoje funciona ainda... a gente tem o prazo de sessenta, prorrogável por mais sessenta para fazer a unificação.

Então, ele se dirigiu para a Secretaria de Saúde, o órgão de origem para onde os servidores se dirigem. Quanto à CID de afastamento ou à capacidade laborativa, isso é uma questão de sigilo médico. Se for para a junta, vem para nós.

O terceiro afastamento que ele pedir será na Subsaúde, e aí eu poderei responder com conhecimento de causa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ah, ok. Só para me contemplar, Subsecretaria, o atendimento está sendo feito no Setor Comercial Sul?

SRA. LUCIANE KOZICZ REIS ARAÚJO – A Subsaúde o faz no primeiro subsolo, com adequados padrões, laudos técnicos de ambientes de trabalho realizados, vistoria dos órgãos, medições. Uma coisa que se falou aqui é que, para portadores de necessidades especiais, não existe estacionamento exclusivo. Existe. Sai na porta. É só agendar.

Então, são coisas de desconhecimento que a gente vem amplamente falando.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Precisa esclarecer. Talvez, num debate que foi proposto pela Câmara, isso pudesse ter acontecido.

SRA. LUCIANE KOZICZ REIS ARAÚJO – Como decidirem. A gente tem o maior prazer de debater, em nível nacional, com os servidores – e foram pouquíssimos os que apareceram.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Esse prédio, Subsecretária, é próprio ou alugado?

SRA. LUCIANE KOZICZ REIS ARAÚJO – Ele é alugado.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ah, ele é alugado.

Presidente, estou satisfeito. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Eu gostaria de passar a palavra ao Deputado Wasny de Roure.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	22

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Eu só queria reforçar aqui, Secretário Alexandre, que a Casa é política. A nossa gestão, composta anteriormente por 24 Deputados, teve uma renovação de 50%. Os procedimentos que se tornam acessíveis a todos são os procedimentos que são publicados no Diário Oficial.

Então, o fato de ter trazido a nós é verdade. A Luciane esteve conosco. Ela fez uma longa exposição para nós sobre o trabalho que estava sendo desenvolvido. Por sinal, ela, como outros gestores, também foi criticada, porque havia um apagão de gestão, mas a gente fica feliz, porque demonstra que houve trabalhos que o próprio novo Governo acolheu e está dando desdobramento. Então, havia uma responsabilidade na condução da gestão, no caso, dessa área.

Agora, a Câmara, quando muda de Legislatura, muda de Mesa. No caso, este Deputado que vos fala teve o mandato renovado, mas poderia não ter tido.

Então, há um outro momento. O outro momento é uma discussão. Há um novo governo. Nós mesmos não tínhamos essa clareza de que os procedimentos estavam se dando com base nos estudos anteriormente feitos. Está sendo esclarecido por isso. Eu não sou desta comissão. Vim para cá, mas não vou poder ficar até o final. Eu talvez estaria com a mesma informação de que isso ou aquilo outro se deu diante de uma nova perspectiva, porque um decreto do Governador não se reporta a estudo nenhum. Ele apenas toma a decisão e estabelece.

Então, só para ficar claro, e não achar que a Câmara tem um procedimento burocrático: ela tem com relação às proposições protocoladas, lidas no plenário. Essas são as matérias que tramitam. E é dever de todos os Deputados terem conhecimento, emendar – se assim entenderem – e apreciar, na forma de relatórios e votos dos Deputados, nas comissões e posteriormente no plenário.

Então, só para ficar claro, porque não é quando... Por exemplo: hoje, a Deputada Celina Leão recebe um relatório da Secretaria de Fazenda, um relatório da Presidência, que remete naturalmente para a biblioteca e outras coisas mais. Aquilo que cabe a procedimento é protocolado, lido em plenário e publicado no Diário Oficial da Câmara Legislativa. Conseqüentemente, é tramitado nas comissões. Só para ficar claro, para não acharem que há uma gaveta escondida, e aí fica mal para a instituição, e isso não é verdade.

Este é um novo momento. É um novo governo, em que se discute a partir do zero. E eu fico feliz. Eu acompanhei o trabalho da Dra. Luciana. Ela realmente é uma profissional altamente qualificada; quiçá todos os governos tivessem tido a oportunidade de ter uma profissional da magnitude dela.

Fico feliz que o Governador Rollemberg tenha reconhecido que há trabalhos, como vem fazendo. Ele mesmo tem me dito que está dando continuidade a vários



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	23

procedimentos do governo anterior, porque reconhece absolutamente necessários para o Distrito Federal.

Muito obrigado, Deputada Sandra Faraj. Desculpe-me pelo excesso.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Imagina, Deputado Wasny de Roure. V.Exa. é sempre bem-vindo nesta comissão.

Eu queria passar a palavra à Sra. Marli Rodrigues, Diretora-Presidente do SindSaúde.

SRA. MARLI RODRIGUES – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar a Mesa na pessoa da Deputada Sandra Faraj. Cumprimento a Casa na pessoa do Deputado Wasny de Roure. Cumprimento a todos.

Quero antecipar as minhas desculpas pela forma como uma sindicalista fala. O sindicalista costuma ser um pouco mais direto no assunto. É uma característica que não tem como disfarçar.

Eu ouvi aqui algo extremamente importante e fiquei muito feliz. O Secretário disse: “A saúde do servidor não pode esperar”. Não foi isso, Secretário? Pois é. Pena que, na prática, isso não acontece. Nunca aconteceu. (Palmas.)

Antecipo que todos os trabalhadores condenam essa centralização. Ela é, acima de tudo, covarde, porque pega todo mundo e mistura. São exatamente setores diferentes, com características de adoecimento diferentes. Só tem uma coisa que unifica os trabalhadores em Brasília: o abandono do Executivo em relação à nossa saúde. (Palmas.)

O servidor público não trabalha numa montadora de automóveis. Ele trabalha com o público. Ele trabalha com gente. E gente não é coisa. Gente é gente, e merece respeito.

Agora: as pessoas que cuidam do povo... E aí eu vou falar só um pouquinho da saúde. Quem cuida da saúde do povo precisa ter a saúde cuidada. Você entra na Secretaria de Saúde jovem e saudável, e sai criminalizado e doente, quando o aposentam compulsoriamente, porque aí você não presta mais, você não vale mais nada.

Essa centralização nada mais é do que um ataque aos direitos dos trabalhadores. Quer dizer: para a saúde do povo funcionar, tem que descentralizar a saúde. Agora: quando fala do servidor, não. Centraliza tudo igual a boi, coloca todo o mundo em cima do mesmo caminhão. (Palmas.)

Nós não somos gado! Nós não somos gado! Nós não vamos aceitar isso! Nós queremos discutir, sabe por quê? Nós não entramos pela janela, não! Nós somos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	24

concurados! Nós fazemos parte da história de Brasília! Nós ajudamos a construir a saúde, a educação, a segurança! E ajudamos a construir aquilo que Brasília tem de mais sagrado – depois do Nosso Senhor Jesus Cristo –, que é a Casa do povo, a Casa de leis.

Esta Casa está nos dando uma prova hoje de que ela não é extensão de governo nenhum! Não é extensão, não é quintal de governo nenhum! Ela faz o debate! Ela faz a discussão! Ela é sensível às coisas que nos dizem respeito, aos assuntos que dizem respeito a todos os trabalhadores, ao povo, a todo o mundo! Isso nós temos visto! Por isso eu parabeno esta Casa. Eu me sinto muito orgulhosa por ver a Câmara Legislativa com esse nível de discussão, sem medo de discutir qualquer tipo de assunto, seja ele doce ou amargo.

Eu quero contar para vocês a história de Beatriz Ferreira, 37 anos, Técnica de Enfermagem da Secretaria de Estado de Saúde, que, por acaso, tem um déficit de dez mil servidores, servidores que trabalham em péssimas condições de trabalho há muitos anos, há décadas, igual aos servidores da educação e da polícia, assim como todos os outros servidores. Temos uma máquina sucateada pela irresponsabilidade do Poder Executivo, que por ali passou. Todos eles! Não salvo ninguém, não!

E aí a Beatriz começou a desenvolver um quadro de depressão em virtude das péssimas condições de trabalho, da perseguição da chefia. Foi trocada de hospital, e ontem ela se suicidou. O sepultamento será hoje, às 14 horas, no Cemitério do Gama. O velório começou ao meio-dia.

Estou dizendo isso, aqui, não para emocionar ninguém, mas para o governo parar de imaginar que vai cuidar da saúde do trabalhador centralizando perícia. Tem que cuidar é da saúde para não ficar doente. Para a Beatriz, essa centralização ou o cuidar da saúde chegou tarde. Ela deixou um filho de dois anos e meio.

Mas ela não é a única! Quantos casos de depressão de servidores afundados em medicações para poderem acordar e trabalhar num emprego e em outro, fugir da exposição na imprensa... Porque os maus funcionários não são a regra do GDF! Não são a regra! Os maus funcionários, o governo que os punam e os demitam! Mas os bons funcionários, esses, sim, são a regra! Esses são a regra! Os outros são a exceção!

Nós não estamos aqui para defender nada errado! Mas nós precisamos de respeito com a nossa saúde, porque, acima de tudo, para cuidar do povo, para cuidar de aluno, para prender bandido, para investigar, para cuidar da saúde das pessoas que chegam com todo tipo de doença – more em Brasília ou no Entorno –, o servidor precisa ter saúde. No entanto, ele tem hipertensão, ele tem diabetes, ele tem sobrepeso, ele tem obesidade, ele tem depressão, ele tem esquizofrenia, ele tem todas as patologias que o povo tem, mas, infelizmente, eu quero que alguém, nesta mesa, me apresente um relatório que diga... Tem dois anos que o Governo do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	25

Distrito Federal fez uma consulta médica e exames com todos os servidores do Distrito Federal e ele tem um perfil para saber do que eles adoecem. Eles podem saber pelos atestados, mas exame ninguém fez. (Palmas.)

Quantas mulheres que pegam peso numa maca de hospital, que cuidam de pacientes com diversas patologias, que estão expostas a agentes biológicos, a agentes químicos, quantas delas fizeram mamografia? O governo tem esses dados? Não tem. Quantas fizeram exames de prevenção? Não fizeram, porque o governo não disponibiliza; ele marginaliza quando você pega um atestado: "Você é preguiçoso. Você é o aranha. Você vive no canto. Você não...".

Desculpem-me se estou excedendo o tempo, mas existem verdades que precisam ser ditas, especialmente quando vem um decreto desse, de cima para baixo, sem consultar as pessoas.

Um governo para dar certo para o povo tem que dar certo para quem cuida do povo. Nós não podemos aceitar essa centralização. Nós temos que sair daqui com uma proposta, Deputada, que contemple quem cuida do povo.

Alguém entrou lá no Hospital do Gama e deu dez tiros dentro do pronto-socorro. O servidor está exposto a absolutamente tudo.

Quantos professores, para dar aula, não conseguem virar de costas? Quantos policiais vão para a rua com os armamentos sucateados? Quantos?

Nós precisamos chegar e nos valorizar um pouco mais, dizendo assim: "Olha, Brasília existe e funciona porque nós trabalhamos de improviso. Na Secretaria de Estado da Saúde a gente atende de improviso. A gente esconde o que acontece, porque, se você falar, é punido, Secretário. Se você contar o que acontece, você é punido; você responde a um PAD; você é demitido; você é removido. É assim que funciona ou não é? (Palmas.)

(Intervenções fora do microfone.)

SRA. MARLI RODRIGUES - E aí nós queremos colocar, sim, os alunos no colo para poder ensinar, como colocamos. Nós queremos colocar o paciente também no colo para poder tratar do paciente muito bem. Agora, nós não conseguimos fazer milagre, porque só existe um que faz milagre, e o nome dele é Jesus Cristo. E nenhum de nós é Jesus Cristo.

Nós precisamos ter condições de trabalho para não ficarmos doente. E não me venha com essa conversa de que centralizar é cuidar da saúde, não. Não é! (Palmas.) Isso para mim tem outro nome. Quer cuidar da saúde, então, comece cuidando da saúde das pessoas, ouvindo o servidor. O chefe não vai te dar nenhum tipo de informação verdadeira. O chefe vai te dar a informação que é importante para o Executivo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	26

Temos que ter acompanhamento periódico. Precisamos que a nossa saúde seja prioridade, porque se você quer que o seu carro ande, você tem que manter a manutenção dele: combustível, óleo, pneu, freio. E como nós não somos um carro, nós somos gente, somos mais frágeis ainda, precisamos com certeza de ter o cuidado.

Então, aqui eu quero agradecer a oportunidade e posicionar-me enquanto Sindaúde e enquanto pessoa, uma mulher que tem 50 anos de idade, 32 de serviço público, 30 de sindicalismo e sei que nenhum Governo se preocupou em cuidar da saúde de quem cuida do povo de Brasília.

Eu espero que esse faça a diferença, mas faça da forma correta. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Obrigada, Sra. Marly Rodrigues. Obrigada pelas palavras.

Eu queria passar a palavra para a Sra. Subsecretária de Gestão de Profissionais da Educação, Eliane Barbosa.

SRA. ELIANE BARBOSA – Bom dia. Eu queria cumprimentar a mesa, na pessoa da Deputada Sandra Faraj, cumprimentar as autoridades presentes e cumprimentar os colegas aqui.

Queria só dar uma palavrinha relativa especificamente à nossa área que é a Sugep, dizendo àqueles servidores que agora eu posso olhá-los nos olhos, depois desse primeiro semestre que foi tão difícil para todos nós.

A gente teve em algumas situações em algumas reuniões nesse semestre. Eu sempre digo que a Coordenação de Saúde Ocupacional foi a coordenação com quem eu mais me reuni, com nenhuma outra coordenação eu tive a oportunidade de me reunir tantas vezes por entender essa situação extremamente delicada, a situação desses servidores que estão lá.

É difícil mesmo, é angustiante, todo processo de mudança é angustiante. Esse não seria diferente e tão difícil. Por isso nos reunimos tantas vezes para dizer para vocês que a gente entendia a situação e que a gente estava junto com vocês.

Esse projeto de unificação é um projeto que é encampado pela Segad, Subsaúde, e a Secretaria de Educação entra nesse projeto de unificação com a parte mais importante que são os servidores e com a expertise dos servidores do Cosaúde, que é mais importante ainda. A experiência que vocês têm ao longo dos anos na Cosaúde certamente é fundamental.

Agora, é preciso aproveitar esta oportunidade para frisar que todos aqueles que tiverem a opção de permanecer na Secretaria de Educação e que tiverem essa autorização da Subsaúde nós atenderemos a cada um individualmente, procurando adequar as necessidades pessoais de vocês. A gente já tem feito isso. Quem nos





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	27

procurou, em grupo ou individualmente, já pode observar que foi este o nosso trabalho com vocês: ouvir a história e ver de que forma a gente pode articular a necessidade, as carências que a gente tem com a necessidade pessoal de cada um.

Até esta data, alguns servidores já fizeram a opção pela permanência na Secretaria de Educação, entregaram requerimentos na Sugep e esses requerimentos já estão todos analisados e vão ser encaminhados para a Subsaúde. No total, dos 205 servidores da Cosaúde, 61 de diversos cargos e especialidades fizeram opção por permanecer na Secretaria de Educação. Então, só queria dizer para esses 61 que, ficando na Secretaria de Educação, uma situação que a Subsaúde vai analisar, e todos são muito bem-vindos. O trabalho de vocês, a força de trabalho e a experiência de vocês é extremamente bem-vinda na Secretaria de Educação.

A gente entende a necessidade da Subsaúde nesse remanejamento de vocês. Sem vocês o projeto de unificação não se concretiza. Então, a gente entende a questão da Subsaúde fazer esse trabalho junto a vocês no sentido de que vocês possam fazer essa opção pela Subsaúde.

Eu queria só mesmo dizer que, sobre esse processo de unificação, a gente compreende toda a dificuldade e todas as angústias. Dizer que essa angústia de vocês é a angústia da Sugep também por querer mediar essa situação da melhor forma, no sentido de garantir um projeto, que é o projeto da unificação, mas garantir também o respeito ao direito de cada servidor. É isso que a gente tem procurado fazer, assim como a Segad também.

A Secretaria de Educação e a Segad têm se reunido exaustivamente, várias e várias vezes. Nós já tivemos muitos avanços, muitos acordos. A gente vai chegar num ponto em que esse projeto e vocês irão para a Subsaúde, caso assim desejem. Irão, mas com esse desejo forte de realizar e continuar realizando o trabalho que vocês já vinham fazendo dentro da Cosaúde.

Então, é isso. Queria mais uma vez nos colocarmos à disposição. Nós da Sugep, para quem quiser nos procurar, seja em grupo ou pessoalmente, como muitas pessoas já têm feito. Colocamo-nos, novamente, à disposição de vocês.

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Obrigada, Sra. Liliane.

Convido Dr. Ricardo Batista, Defensor Público-Geral da Defensoria Pública do Distrito Federal para fazer uso da palavra.

SR. RICARDO BATISTA – Boa tarde a todos e a todas.

Em primeiro lugar, agradeço a Deputada Sandra Faraj pelo convite para participar desta Mesa. Na pessoa de S.Exa., queria parabenizar os demais Deputados



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	28

dessa Câmara Legislativa, agradecendo-lhes, em especial os que estiveram aqui neste trabalho.

Quero dizer que eu me encontro numa situação, eu diria, híbrida, porque eu sou chefe de uma instituição, portanto sou gestor, mas também sou servidor público de carreira, e como tal luto de maneira intransigente pelos direitos e prerrogativas do servidor público, quanto mais em relação à sua valorização.

Digo mais aos senhores e às senhoras aqui presentes. Nós temos, na Defensoria Pública, uma atividade muito comum à grande parte de vocês, porque atendemos a população. E atendemos a população carente, aquela que necessita do acolhimento, da mão amiga do Estado, do amparo, e não apenas dos nossos serviços. Necessita de uma dedicação pessoal, de um acolhimento, de uma sensação de estar sendo bem recebido. Sabemos, por outro lado, das limitações, das dificuldades estruturais, da carência de recursos humanos e da pressão que o servidor público sofre, pela cobrança da sociedade, além da dos nossos chefes – o que é natural.

Nós sabemos também que, vez ou outra, aparece o discurso de que a culpa de alguns males, inclusive do equilíbrio fiscal, é do servidor. Eu também escuto isso lá. Esse, vez ou outra, é um discurso que aparece. Mas nós sabemos muito bem do nosso valor e da nossa capacidade.

Essa minha pouca experiência talvez me sirva para compreender essa situação. Acredito que a proposta seja a de mediação, de apresentar quais são os pontos principais de inconformismo com a política de saúde no trabalho. Eu tenho certeza de que a política integrada, em si, é o resultado de trabalho, de pesquisa e de estudo; não nasceu do nada. Ela é exitosa em grande parte. Não é contra essa política que se insurgem – parece-me.

Esta audiência pública não é para minar ou ir contra a política, até porque a Luciene expôs muito bem o processo de elaboração, o qual parece-me que foi realmente muito bem-intencionado, buscando a melhoria qualitativa do serviço.

No entanto, numa rápida olhada neste decreto, parece-me que há algumas impropriedades que não foram suficientemente esgotadas. Uma vez, a primeira dama Márcia Rollemberg, num encontro que tivemos, num espaço de diálogo, disse: “Nada sobre nós sem nós”.

Ou seja, há aqui neste decreto decisão sobre questões dos servidores públicos, sobre as unidades operacionais de duas secretarias, que estão sendo modificadas de um dia para o outro, e parece-me que isso não foi suficientemente debatido com essas pessoas.

Eu até compreendo que, dada a burocracia e o funcionamento do Estado, a gente como gestor se preocupa em publicar atos, em publicar relatórios, em divulgar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	29

na internet, em divulgar em jornais, mas isso não quer dizer que, embora legalmente o procedimento tenha sido esgotado, ele tenha sido legitimado pelos atores e pelas pessoas envolvidas e destinatárias desse serviço.

A presença dos senhores e das senhoras a esta audiência e os relatos da Deputada Sandra Faraj mostram que, em determinados aspectos desse decreto, o diálogo não se esgotou. Ou seja, não foi suficientemente cumprido. Poderíamos até chegar às mesmas soluções do decreto, desde que com o discurso de legitimação, ou seja, de explicação das suas razões, de como seria implantado, de qual seria o impacto na vida do servidor, do seu aspecto prático, se vou perder gratificação, se vou perder as minhas férias, se vai complicar a minha licença-prêmio... Tudo isso vai se manter? Ou vamos começar do zero? Como vai ser esse período de transição e de adaptação? Isso é fundamental, até para chegarmos a uma solução que, mediada, conciliada, seria a mesma, mas quando vem por decreto...

Eu sei disso porque também expeço portarias, e às vezes eu erro a mão. Depois de publicar o ato, pensando na legalidade, pensando nos objetivos de uma política pública, eu me esqueço da pactuação com as pessoas envolvidas nesse processo.

Eu também compreendo, do ponto de vista administrativo e de funcionamento, os prejuízos de uma centralização. Parece-me que a centralização, em relação ao decreto, não é a questão administrativa por si só. Um órgão central de gestão ou de fomento de políticas públicas na saúde, na educação ou na Segad não é um problema. É uma opção política do Governador. Na hora de arrumar a casa, ele pensa: "Bom, na minha cabeça, no meu organograma, vai funcionar melhor assim, assim, assim". E é papel dele; foi eleito para isso. Mas na medida em que isso representa centralização do serviço, começa a esbarrar na eficiência da prestação do serviço.

Eu vi no relatório aqui apresentado, inicialmente, no requerimento desta audiência, que são mais de 40 mil atendimentos por ano, envolvendo tanto as perícias quanto os encaminhamentos de atestado. Quarenta mil atendimentos por ano, numa cidade como Brasília, com 33 regiões administrativas espalhadas por aí, e você centralizar todo o fluxo de pessoas e documentos num único lugar, a mim me parece, com bastante razoabilidade, que vai gerar um ônus excessivo para o usuário desse serviço público.

Eu sei porque eu atendo a população, e a minha preocupação maior é: como descentralizar as minhas unidades para que elas fiquem mais perto da população? Este é o meu desafio de todo dia. Como replicar o mesmo procedimento – que deve ser padronizado, não é? – em várias unidades espalhadas pelo DF?

Por quê? Porque eu sei do ônus que é para o servidor, ou para o seu familiar, se deslocar para a unidade de atendimento, pegar ônibus, carona, sem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	30

saber a que horas volta, sem saber se vai ser atendido, se vai ter que ficar 2 horas ou 20 minutos que seja esperando. Depois, ainda tem que passar na repartição – antes, para pegar a guia, ou depois, para levar o resultado. Isso, numa cidade como Brasília, já foi simples. Hoje já não é mais. Sem contar aqueles servidores que moram na região do Entorno, mas trabalham aqui, e que acabam sendo onerados por isso. Esta é uma questão que me parece bastante crucial para os servidores que demandam o atendimento.

Acredito que, lógico, a informática pode resolver esse problema, mas, enquanto não resolve, será que, de fato, é pertinente e salutar centralizar no Plano Piloto? A gente sabe que isso é simbólico, mas se você centraliza um serviço público no Plano Piloto, parece que você está excluindo as demais regiões do DF. Não sei se o centro administrativo, por si só, irá resolver esse problema, porque tem o pessoal do eixo norte e sudeste, que também não sei se estará satisfeito com a distância implementada.

Então, se nós pudéssemos – e aí eu coloco, Deputado, como encaminhamento, já que é uma mesa de mediação – discutir se essa é a intenção de vocês, primeiro, o deslocamento a fórceps, eu diria assim, de todos os servidores, ou de servidores de duas unidades, para a Segad.

E parece-me que o decreto diz que essa transferência é irresistível, ou seja, ela se dá por força de lei, não é vontade do servidor. O que o servidor pode fazer é, já transferido, pedir para voltar. Aí seria dependeria do juízo discricionário da Segad, que, imagino, dentro do seu planejamento, contaria com todos os servidores. Se tiver que abrir mão de todo mundo que quiser voltar, se esvazia a própria unidade operacional, não é? Então, de acordo com o decreto – não é isso, Secretário? Se eu estiver errado, depois, o senhor pode me corrigir –, o art. 8º diz que já estão transferidos e que o retorno ocorreria a critério da Segad, e não a ida facultativa. Este é um ponto que me parece crucial de discussão. O outro é o da centralização do atendimento, ou da unificação toda e qualquer, em matéria de saúde ocupacional.

Digo que o plano tem aspectos positivos, e aí eu vou inserir a minha unidade nisso, que é a integração desse programa de atendimento ao servidor com os demais órgãos e secretarias. E eu digo mais: a gente não sabe, com todos os detalhes e pormenores, como se dão os procedimentos, até que ponto o chefe da pasta tem algum poder de acompanhar ou de verificar isso. Essa integração que a Segad certamente promoverá por meio dessa política vai ser inteiramente salutar.

Deputada, eu agradeço a participação. Com essas breves palavras eu espero ter contribuído.

A Defensoria Pública coloca-se à disposição, inclusive para a formação de parcerias com a saúde e com a educação naquilo que vocês se sentirem violados e desprestigiados, principalmente os professores, médicos, enfermeiros e profissionais



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	31

da saúde que são vítimas de atos de violência nas suas unidades de atendimento, e não têm a quem recorrer. A minha intenção é de também me unir a vocês nessa forma de cooperação no atendimento à população do DF.

Muito obrigado. Boa tarde. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Muito obrigada, Dr. Ricardo. Muito elucidativa a sua colocação.

Eu gostaria de convidar algumas pessoas do público para fazer uso da palavra. Somente por causa do avançado da hora, eu gostaria que a gente pudesse ser um pouquinho mais breve.

Eu gostaria de convidar o Sr. Raimundo Parente, médico do trabalho, para fazer uso da palavra.

SR. RAIMUNDO PARENTE – Cumprimento a Presidente e agradeço esse espaço neste momento na Comissão de Constituição e Justiça. Por extensão cumprimento todos os componentes da Mesa e todos os presentes.

Meu nome é Raimundo Parente, sou médico do trabalho da Secretaria de Saúde. Não sou contra a centralização nem a favor dela, só acho que há algumas coisas que temos que questionar. Primeiro, a quem interessa centralizar? E não é, Deputada, só a perícia, é todo um processo a respeito da saúde do servidor. Essa política foi instituída de uma maneira mais formal em 2012. Se não me engano, o decreto é de 10 de maio de 2012 e o atual, que revogou o anterior, mudou pouquíssimas coisas na redação. Mas essa política não é implementada. O papel não tem alergia, ele aceita tudo que a gente escreve, mas implementar, executar e como executar é que é o problema.

Na Secretaria de Saúde, nós temos as regionais de saúde, em torno de 19, e só 10 têm os núcleos de medicina do trabalho. Alguns existem mas não são formalmente constituídos. Isso dificulta muito fazer saúde do trabalhador. Não adianta botar no papel, que é muito bonito. O projeto é bonito, ele tem críticas, mas aqui não é local de discussão sobre os termos.

O que fazer para a saúde do trabalhador? A saúde tem dificuldade. A saúde não consegue fazer os exames periódicos. Então, como vamos promover saúde e proteger o trabalhador se nós não fazemos o exame periódico? A perícia não controla absenteísmo, perícia é um ato técnico para gabaritar uma decisão administrativa. Não se controla afastamento de trabalhador, seja na iniciativa privada ou aqui no Estado, com perícia. A perícia é um mero instrumento para decisões.

Então, falar que vai diminuir, como a gente escuta: “Estão falando de política, vamos implementar”, “O servidor está se afastando muito”. Não vão conseguir isso com centralização de perícia. Aliás, essa questão de chamar de centralização vai contra os princípios do SUS. Um dos itens principais dos princípios



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	32

do SUS é descentralização. De que adianta? Então aqui eu já sugiro, com relação específica à perícia: vamos fazer perícia nas regionais. Isso sim. Vai centralizar a junta? Aí já é uma instância diferente e pode ser, porque nem todo mundo vai precisar passar por uma junta médica.

A discussão que foi feita nessa política de 2011 e 2012 e agora com esse decreto existiu. Infelizmente, o nosso órgão da Secretaria de Saúde que seria responsável técnico por essa situação era gerido de forma absurda, não participou aos servidores, os servidores efetivamente não foram comunicados nem participaram efetivamente. Tínhamos uma omissão e outras coisas mais que realmente não dão.

Para dar um dado com relação à perícia, em 2013, a Secretaria de Saúde tinha em torno de 33 mil servidores e teve 36 mil licenças, não são dias não trabalhados, são licenças. Então tem alguma coisa errada.

Eu, como médico do trabalho, garanto para a senhora que tem alguma coisa errada. Onde está? Não é aqui e acho que a gente tem que discutir isso. Agora não pode 33 mil servidores e 36 mil licenças. Mais de um servidor teve mais de uma licença. Então temos que rever e essa tem que ser uma discussão técnica.

Agora há outros poréns que interferem na vida do servidor como um todo que não são só a perícia. Por exemplo, adicional de insalubridade. A antiga Seap, hoje Segad, fez um levantamento de 2013 em que aproximadamente 5 mil servidores da saúde – pessoal, vou falar mais da saúde porque é a minha área – têm alguma inconsistência no recebimento do adicional de insalubridade. Até hoje isso não foi resolvido. E não vai ser. Sabem por quê? Porque nesse projeto que mandaram para a subsecretária não dá para trabalhar com (ininteligível) por email porque não é um documento. Tem que mandar documento para o coordenador. Eu, enquanto médico do trabalho, não posso mandar o processo do servidor x para sua secretaria sem ter o documento que me justifique. Há essas questões legais.

Há cinco técnicos de segurança na Segad, para trabalhar nessa área, com dois engenheiros. Esses números são aproximados, ok, pessoal? Somos 35 mil servidores da saúde, mais 65 da educação, que estão sendo levados para a Segad, que já tem em torno de 30 mil. Não vão dar conta. Sabem o que vai acontecer com relação à insalubridade? No mínimo seis meses para o servidor que tiver direito receber ou então vai entrar em exercício (ininteligível) e não vai receber. Então temos que pensar em tudo isso. Não é só a perícia.

Realmente 36 mil afastamentos, licenças, em 33 mil servidores, tem alguma coisa errada. Como vamos conseguir? A Secretaria, os médicos do trabalho e o pessoal que trabalha na saúde do trabalhador têm que ver. Agora temos que fazer promoção de saúde. Promoção de saúde tem que ter assistência. Não adianta eu botar no papel quando não temos assistência à saúde. Não existe saúde sem a gente cuidar da saúde. O que nós fazemos na Secretaria da Saúde? Nós não cuidamos da





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	33

saúde da população? Ou nós só mandamos um recadinho para eles? Não pode ser! Tem que ter assistência. Não tem o servidor, não tem assistência.

Existia um absurdo numa determinada regional, que não é o caso de citar, em que o servidor não podia marcar consulta. Não tem que ter privilégio, fila única. Somos SUS. Gente, temos que defender o SUS, mesmo vocês da Secretaria. Todos nós somos SUS, nós somos usuários do SUS, mesmo que você não vá lá ao HRAN ser atendido. Essa é a questão.

Esse decreto revogou o anterior, mas é a mesma política. Só no papel não funciona. Temos que rever os processos, temos que rever questões técnicas. Pessoal, não estou (ininteligível), porque é grande, é extensa, eu estou indo rápido.

Temos que rever esses processos para que cheguemos. Primeiro, saúde do trabalhador, do servidor, é assistência, coordenação e perícia. A perícia não é para controlar afastamento, é para julgar um ato adequado quando há a necessidade.

Estou à disposição, sou médico do trabalho do HRAN e lá estou à disposição de todos vocês. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Obrigada, Dr. Raimundo.

Eu queria convidar a fazer uso da palavra a Sra. Roberta Ávila, psicóloga da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Ela está presente? Ela já saiu.

Eu queria convidar o Sr. Rosalvo Filho, Assessor Especial da Secretaria de Relações Institucionais e Sociais.

SR. ROSALVO FILHO – Meu nome é Rosalvo, eu trabalho na SERIS – Secretaria de Estado de Relações Institucionais e Sociais – e gostaria de começar a minha fala dizendo uma coisa que é muito simples. É muito fácil chegar aqui e fazer um discurso. Agora, a verdade tem que ser dita. Fazer política com a verdade é uma obrigação de todos.

Por exemplo, foi posta aqui essa situação como se nunca tivesse havido uma reunião e ninguém nunca tivesse aceito uma proposta colocada. Não é verdade. No dia 11 deste mês corrente, reuniram-se, lá na Secretaria, Sinpro, SAE, Sindicato dos Arquitetos – o Denivaldo estava lá –, quando decidimos avançar com a pauta. Garantimos, através do Secretário, o direito ao recesso de cinco dias. Ficamos de rever todas as questões que foram colocadas para o Secretário e que têm uma resposta, têm uma resposta sim. Cabe aos companheiros que estavam naquela reunião falar o que ficou encaminhado naquela discussão. O que está pegando neste momento, o que está dificultando o acordo.

Então vamos trabalhar com as diferenças para ver se chegamos a um denominador comum. Agora não dá para ficar jogando pedra. Vai lá, reúne, dá tudo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	34

bem, depois pedra neles. Isso é um tipo de fazer política com o qual eu não concordo. Sinceramente não.

Está havendo reuniões sim. O (ininteligível) está indo para a reunião, o SAE está indo para reunião, estão fazendo proposta, estão recebendo resposta e isso não foi colocado aqui. E a gente tem que jogar limpo. Isso aqui é uma Casa onde a gente tem que falar a verdade. Isso eu cobro dos companheiros. Eu cobro que cheguem e digam assim: fizemos uma reunião no dia tal e foi deliberado isso. Isso tem que ser posto, senão a gente está brincando.

Outra coisa: as portas lá estão abertas para todos que quiserem participar da discussão de elaboração do projeto. A negociação é contínua, não para, porque uma das ferramentas que se adotou foi a negociação sem fim. A gente vai negociar sempre, companheiros! Afirmo isso para vocês! Vamos falar a verdade. Vamos acabar com essas coisas de: chega aqui, todo mundo é aplaudido de pé e a verdade? Tem de ser dita! A companheira aqui fez um discurso que eu quase choro. Só que ela não pediu nenhuma reunião, com a Segad, para defender a categoria dela.

(Manifestação fora do microfone)

SR. ROSALVO FILHO – Mas deveria ter mais alguém.

Vou concluir dizendo que as portas, para o processo de negociação, continuam abertas. Vamos ver onde está pegando e onde a gente pode resolver. Essa é a minha fala.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Obrigada.

Eu gostaria de passar a palavra ao Sr. Elton Barbosa da Silva, integrante do Forum Permanente das Carreiras Típicas de Estado.

SR. ELTON BARBOSA DA SILVA – Boa tarde.

Eu gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa da sua Presidenta, Deputada Sandra Faraj e estender esses cumprimentos aos demais Deputados que se fizeram presentes e àqueles que, infelizmente, estiveram ausentes por uma razão ou outra. Eu gostaria também de cumprimentar a plateia e os palestrantes. Eu gostaria de dizer o seguinte, já de antemão: para que haja uma política de Estado e não de Governo, uma política de Estado voltada à garantia, à proteção e à preservação do servidor, tem de se, inicialmente, instituir o plano de saúde do servidor. (Palmas.)

Se não tem um plano de saúde voltado ao servidor, não há o que se falar em prevenção, em políticas públicas, em políticas de Estado e em política voltada à saúde do servidor.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	35

Certos pontos foram muito bem colocados aqui, como sempre, com muita percuciência, pela nossa amiga Marli, do Sindsaúde. Ela se encontrava infartada, por falta de política de Estado, de Saúde, voltada ao servidor. Por isso é que ela se fez ausente, com relação a propostas, a discussões e a debates voltados à política de unificação da Saúde do servidor, no Hospital de Base.

É triste rememorar alguns fatos porque temos vários servidores atendidos pelo Fórum... Sou Presidente do Fórum Permanente dos integrantes das Carreiras Típicas de Estado do Distrito Federal.

Seja na Saúde, na Educação, na Segurança e em qualquer ambiente de trabalho do servidor público, nós nos deparamos com total abandono do servidor pelo Estado. Então, o Estado adoce e, ao invés de o servidor ser procurado para se saber qual o fato gerador da doença, ele é criminalizado, como bem colocou a nossa companheira Marli. Ele é criminalizado pelo Estado. É criminalizado, no primeiro momento, quando do atendimento, porque ele não tem atendimento na rede pública de saúde e aí ele vai para os braços do médico particular. Ele é obrigado, pela omissão do Estado, a ser atendido, por um médico particular, pagando do próprio bolso. Aí começa o calvário: paga do próprio bolso para ser atendido por um médico particular. Leva o atestado na Central Unificada de Atendimento do Servidor Público, na Junta Unificada e Centralizada e lá, com certeza, não tem o mesmo atendimento que foi adotado com os atestados homologados do então ex-Governador. Não há que se confundir "capacidade laborativa" com "doença". Estão interligadas. Não se deixa de trabalhar quando se está bom. Se deixa de trabalhar em virtude de doença!

Aí é mais uma criminalização do Estado contra o servidor público: porque ele leva atestado do médico particular. Essa famigerada junta vai lá e, além de desconsiderar o atestado, reduzindo o tempo, pela metade, na maioria das vezes, penaliza, mais uma vez, o servidor. "Ah... Você está doente? Acho que você está mentindo! Se seu médico prescreve 30, 60 dias, eu, junta médica, digo que são só 15!"

Será que foi esse o mesmo tratamento que teve o ex-Governador do Distrito Federal? Vimos que não. Então, a junta, infelizmente, não é tão técnica! É mais política que técnica.

Mas voltamos para o ponto central que nos levou a esta audiência pública: os prejuízos decorrentes – da tentativa, não – da unificação do atendimento do servidor. Será que foi técnico esse estudo? Será que foi?

Eu digo que não foi, por vários motivos: seja porque vai de encontro à política mundial – e não só nacional – de atendimento à saúde, não só do servidor, mas também da população, porque há a descentralização; seja, por outro lado, porque vai ao encontro de políticas e estratégias econômico-financeiras que interessam a alguém.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	36

Por quê? Em vez de oferecer atendimento descentralizado, Deputada, nas várias Regiões Administrativas, o que aí, sim, atenderia ao interesse do servidor, que não teria de se deslocar, doente, das mais variadas Regiões Administrativas, com as mais variadas distâncias, com o auxílio de alguém da família, às vezes, porque está doente – não nos esqueçamos que esse servidor que está sendo obrigado a se deslocar está doente – para ir ao encontro do interesse de alguém.

Por que ao interesse de alguém, em especial econômico e político? Porque a locação daquele imóvel está custando aos cofres públicos, salvo engano, R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) por mês. Só isso!

A política de centralização retirou a possibilidade de o servidor ser atendido nas diversas Regiões, próximas a sua residência, em razão, em virtude da doença que o acomete, gratuitamente, porque isso era feito dentro dos órgãos públicos, em especial, em escolas, e se desperdiçam, num momento que se diz de crise econômica, R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) por mês.

(Intervenção fora do microfone.)

SR. ELTON BARBOSA DA SILVA – Por ano? Desculpem-me: é por ano.

Mas tudo bem: são R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) num momento em que se diz de crise financeira.

Aliado a isso, criaram aproximadamente, salvo engano também, 28 cargos comissionados, com salários que variam de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Então, há muito interesse, sim. Há muito interesse, sim. A coisa é muito grave.

Como o meu tempo é curto e já está se esgotando, pois já fui alertado, eu vou encerrar propondo o seguinte, Deputada, à Comissão de Constituição e Justiça e à Câmara Legislativa: V.Exas. devem abraçar - e essa sensibilidade é peculiar do Poder Legislativo, essa sensibilidade é peculiar do sexo feminino - não só a causa das derrubadas de moradias, que também é uma das sensibilidades dessa nova composição do Poder Legislativo, porque também é um direito constitucional, mas também aprovar, no dia de hoje, um decreto.

V.Exas. não devem esperar a vontade do Governador, porque ele traiu a Câmara Legislativa. No processo de negociação, ele se antecipou e publicou o decreto. Isso é traição. E atropelou a Câmara. E não foi só isso. Retirou a capacidade e o poder legal e constitucional conferido a este Poder de legislar e de fiscalizar os atos do Poder Executivo, já que ele agiu com desonestidade – essa é a palavra -...

Que a Câmara Legislativa, a quem compete fiscalizar os atos do Poder Executivo, baixe um decreto legislativo, no dia de hoje, que suspenda os efeitos do decreto do Governo! (Palmas.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	37

Por quê? Só aí nós teremos, Deputada e Deputado, a oportunidade de o Poder Legislativo se inteirar melhor sobre as questões e debater com as pessoas diretamente afetadas por esse decreto. Por quê? Se já houve traição e ele não vai sustar, tanto que o fez, que se suste por decreto. Essa é uma possibilidade. O poder constitucional conferido ao Poder Legislativo é sustar os atos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.

A sugestão do Fórum é que a Câmara se reúna e edite um decreto legislativo, nesta data, suspendendo os efeitos do famigerado decreto editado pelo Governador.

Segundo: que se pautem esta Comissão de Constituição e Justiça e o Plenário desta Casa, todos os Deputados, na busca de uma solução para a definitiva implementação do plano de saúde do servidor público do Distrito Federal. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Dr. Elton, muito obrigada pela sua colocação, que foi muito rica também.

O Secretário queria falar, então, antes de passar a palavra para próximo inscrito, deixarei o senhor responder. Acho que o senhor quer responder a algumas colocações.

Houve um momento de inscrição. Assim que assumi, eu pedi para se inscreverem. Então, de todas as inscrições que foram feitas, todas, não deixei nenhuma de fora. Se foi feita alguma inscrição que não chegou às minhas mãos... Todas as inscrições eu atendi. Foi mandada alguma que não foi lida?

Bom, vamos lá, vamos rever. Temos a do Dr. Elton, a do Rosalvo Filho, a da Roberta Ávila, que não está mais aqui, a do Raimundo Parente e ainda das autoridades da Mesa.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Não. As inscrições são feitas aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Não tem problema, nós fazemos aqui. Eu só gostaria que tivéssemos bastante consciência do horário, porque já são 13h07min., daqui a pouco vamos abrir a reunião de outra Comissão aqui, que é a de Segurança.

Então, podemos dar abertura para uma pessoa falar, mas não vamos mais abrir inscrições. Vou abrir mais uma só, para esse caso. Uma só, porque estamos com o horário avançado. O Secretário do sindicato e o Sr. Damião vão falar – ainda temos mais essa inscrição que foi reivindicada aqui – e depois vamos encerrar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	38

Mas, desde a hora em que peguei a palavra aqui, eu falei que as inscrições estavam abertas. Então, todas as inscrições que chegaram aqui, até as minhas mãos, todas, sem exceção, foram por mim mencionadas.

Eu ia até fazer mais um comentário, mas não vou fazê-lo, para podermos dar celeridade.

Concedo a palavra ao Sr. Denivaldo Alves do Nascimento.

SR. DENIVALDO ALVES DO NASCIMENTO – Bom dia novamente aos companheiros e às companheiras. Boa tarde, pois já são 13h. Boa tarde para todos.

Quero dizer o seguinte: primeiro, a gente aqui trabalha sempre com a verdade. Quero deixar claro isso aqui. Não é porque estabelecemos um diálogo, e este não foi conclusivo... porque, num país democrático, num Estado Democrático de Direito, a gente estabelece o diálogo onde for possível estabelecer: estabelece numa mesa de negociação com o Secretário da pasta, estabelece com a coordenadora do Cosaúde, estabelece onde for necessário estabelecer. E estabelecemos esse diálogo. Foram feitas propostas, foram dadas sugestões, inclusive questionamentos do ponto de vista jurídico e legal da garantia dos direitos dos servidores, porque queriam, naquele momento, numa mesa de negociação, não os garantir.

Fiz esse debate lá, mas isso não se concluiu, porque este debate ainda está posto, tanto é que estamos aqui, nesta Casa, hoje, fazendo este debate e discutindo propriamente o decreto, porque o decreto tem as suas fragilidades e precisa ser discutido mesmo. Queiram ou não, vamos discutir e chegar a um consenso ou pedir a retirada dele.

Então, assim, não fechamos nada, sem consultar os nossos pares, os servidores, que são os interessados.

Quero dizer de algumas fragilidades do decreto. O decreto tem algumas fragilidades e a gente precisa repará-las, se por ventura não quisermos o cancelamento dele.

O decreto não fala no remanejamento dos cargos e nas suas atribuições. Ele não define de que forma se dá esse remanejamento. Então, ele tem algumas fragilidades jurídicas que precisam ser revistas. Se vão pedir a nulidade dele ou não, isso vamos discutir aqui. Está certo?

Mas quero dizer ao companheiro do Governo que me antecedeu aqui e que disse que não houve sinceridade ou verdade no debate: isso não é verdade. O que não houve foi uma conclusão da discussão da forma que ia ser feita e das propostas a que íamos chegar – sim ou não a um consenso.





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	39

Não terminamos ainda. Continuamos o debate e, se tivermos que continuar numa mesa de negociação, por dez, quinze, vinte negociações, vamos continuar até esgotá-la, porque já sabemos fazer isso e trabalhamos com a verdade.

Portanto, não venha aqui nos chamar de mentirosos, porque mentirosos nós não somos, trabalhamos com a verdade, continuaremos trabalhando com ela e vamos dizer para a nossa categoria o que é verdade, sim, e vamos discutir o que é interessante para o servidor da Casa prestar o seu bom serviço, porque ele precisa fazer isso e precisa estar acreditando que aquilo é verdadeiro e naquilo que ele está fazendo, senão ele não vai trabalhar bem e não vai estar lá prestando um bom serviço.

Ele não tem que ir forçado, ele não tem que ir obrigatoriamente. Num Estado Democrático, nada pode ser obrigado. Nada pode ser obrigado. Ele tem que ser discutido, tem que ser debatido. E é isso o que nós vamos fazer de forma democrática e de forma passiva e de forma inteligente, para que consigamos trabalhar consistentemente. Está certo?

Então, trabalhamos com a verdade. Repito.

Companheiro Rosalvo, nós não concluímos o debate ainda. Podemos concluir. Está certo? Foi uma proposta feita por vocês que ainda não foi concluída. Está certo? Há algumas nuances.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Muito obrigada, Sr. Denivaldo Alves do Nascimento. (Palmas.)

Eu queria agradecer a presença do Deputado Rodrigo Delmasso.

V.Exa. gostaria de fazer uso da palavra agora?

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, primeiro quero parabenizar V.Exa. por trazer à Comissão de Constituição e Justiça tão relevante debate.

De antemão, quero aqui me pronunciar que sou contrário a essa descentralização das perícias por dois motivos. Eu comecei, na verdade, eu fui servidor da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal de 1999 até o ano de 2002 e lá existia, na época em que trabalhei naquele lugar, uma perícia médica muito bem equipada, muito bem estruturada que atendia naquele momento, pelo menos até então, quando eu trabalhava lá, que atendia um pouco das demandas apresentadas pelos servidores.

Eu entendo qual é o propósito da unificação das perícias, que serviria para primeiro diminuir os custos e otimizar os procedimentos, mas eu acredito que, para a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	40

otimização de procedimentos e diminuição de custos, existam outros caminhos que podem ser verificados nessa situação.

Outro caso que eu vejo que é um pouco complicado e que está estabelecido no decreto é talvez a “obrigatoriedade” da remoção dos servidores das suas secretarias para a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa do Distrito Federal.

Nesse ponto eu levanto alguns questionamentos. Sabemos que existe uma diferença salarial de quem está na Secretaria de Estado de Educação e na Secretaria de Estado de Saúde para a Segad. A pergunta é: a obrigatoriedade dessa remoção vai estar aliada à equiparação salarial desses servidores que estão sendo obrigados a ser removidos? (Palmas.)

Eu acho que, se tiver essa obrigatoriedade, ninguém vai reclamar obviamente. Agora, eu acho, na minha avaliação, meu amigo representante aqui do Governo, injusto que se obrigue essa remoção, quando existe dentro de um mesmo órgão servidores que praticam a mesma atividade com salários diferentes e tratamentos diferenciados.

Na minha avaliação isso fere o princípio constitucional da isonomia. Certo? Porque, na realidade, se eles são transferidos, eles devem, obviamente, ser recepcionados da mesma forma que os servidores da Segad são atendidos.

Nisso aí, na minha avaliação, se for feita a equiparação salarial, eu acho que existe, talvez, um contrassenso: nós estamos vivendo a pior crise financeira que o Distrito Federal já viu. O Governador Rodrigo Rollemberg assumiu – e aqui eu digo de carteirinha – um Estado falido. O Governador está fazendo das tripas o coração uma melhor forma para recuperar a saúde financeira do Distrito Federal.

Aqui eu quero dar um número, Deputada Sandra Faraj: de janeiro a julho deste ano, o Distrito Federal já executou do Orçamento quatorze bilhões de reais. Desses quatorze bilhões de reais, doze bilhões foram pagamentos para pessoal e dois bilhões para investimento ou custeio. Quando nós vamos aos investimentos, esses números nos assustam muito mais, porque na área de investimento, Deputada Sandra Faraj, foram só setecentos e cinquenta milhões de reais e o outro restante para o custeio.

Então, a gente vê um Estado – e aqui nós precisamos, junto com os sindicatos, fazer essa discussão – que está gastando mais de 80% do seu orçamento com pessoal. Não estou questionando os aumentos, não estou questionando os direitos. Isso é direito do servidor e tem que ser garantido. O que eu digo é que o Estado precisa, sim, talvez, neste momento, se reinventar. E eu digo que este é o grande desafio do Governo do Distrito Federal, do Governador Rodrigo Rollemberg: reinventar a máquina pública e, principalmente, estabelecer novos caminhos na política pública do Distrito Federal. Uma das ações é o combate efetivo à corrupção,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	41

que é um dos pontos principais por onde vaza o dinheiro público. E temos visto, pela televisão, o que tem acontecido.

Então, quando eu falo do contrassenso, é porque, se há essa equiparação... quando você sai dos servidores... primeiro, da Secretaria de Educação e da Secretaria de Saúde... Eu tive uma conversa com o Secretário de Educação, que me garantiu que esses servidores estão sendo pagos com o transbordo do Fundo Constitucional. Bem, se não estiverem sendo pagos com o transbordo, nós teríamos o primeiro problema: o ressarcimento do GDF ao Fundo Constitucional, porque a gente sabe que parte da Secretaria de Estado de Educação, principalmente a carreira de magistério – se eu estiver errado, que o meu amigo do Sinpro, perdão, do SAE me corrija – ela é praticamente toda paga pelo Fundo Constitucional. E a carreira de assistência, parte dela é paga pelo Fundo Constitucional, e a outra parte, com o transbordo da Fonte 100. Estou correto? Ok.

Então, como é do transbordo, nós não teremos problemas, em tese. Problema vai ser: se houver uma equiparação, vai haver um impacto da folha. Aumentando o impacto da folha, vai aumentar o gasto do governo. Aumentou o gasto do governo, o que vai acontecer? Nós vamos aumentar, mais uma vez, o limite de gasto de pessoal. Vão ser divulgados os números. Vai fechar o mês de agosto com 48%. Vai passar dos 49%. Ou seja, passamos do limite emergencial. E infelizmente o governo vai ter que se reajustar para atender ao que está estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, eu vejo assim: será que agora é o momento de fazer essa unificação? Ponto dois: se é o momento, será que é o momento de obrigar...? Eu digo obrigar, porque o decreto estabelece que todos os servidores da Secretaria de Educação e da Secretaria de Saúde ficam lotados na Secretaria de Gestão Administrativa. É o que está escrito no decreto, pelo que eu entendi. Será que é o momento de nós fazermos isso? Porque qualquer servidor lotado na Secretaria vai ter o seu direito de impetrar na Justiça um pedido judicial para equiparação salarial com base nos salários que os servidores da Segad recebem! (Palmas.) Isso é direito! (Palmas.)

Eu acredito que a Justiça vai dar provimento a essa ação judicial por uma única coisa, Deputada Sandra Faraj: pelo tratamento isonômico que deve haver entre o Estado.

Eu quero deixar aqui alguns questionamentos e parabenizar V.Exa. por estar aqui debatendo esse tema tão controverso. Eu entendo que precisam, sim, ser unificados – eu acredito que o Sindicato também acompanha isso – os procedimentos de perícia. Eu acredito que a centralização pode dificultar a vida do servidor, porque você colocar num mesmo lugar para atender... Imagine o servidor que está em Brazlândia, em Planaltina, ter que se deslocar para o centro da cidade para fazer talvez a sua perícia. Não seria mais interessante uma discussão de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	42

descentralizar isso, de criar perícias médicas regionais, até vinculadas, sendo coordenadas pela Segad e vinculadas às coordenações regionais de educação e de saúde, para que, nas regionais de ensino e de saúde, melhore o atendimento? Como o Secretário falou aqui, essa é a ideia. Isso é ótimo. Mas eu vejo o seguinte: a questão da obrigatoriedade ou da lotação na Segad – Secretário, é uma visão minha, ponderada – pode gerar uma enxurrada de processos judiciais de solicitação de equiparação, e infelizmente a Justiça pode ter o entendimento de que existe equiparação, e vai onerar o Estado.

Então, essa é a minha contribuição nesse debate. Mais uma vez, Deputada Sandra Faraj, quero parabenizar V.Exa. por este debate na Comissão de Constituição e Justiça. Podem contar conosco.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Muito obrigada, Deputado Rodrigo Delmasso, como sempre, muito elucidativo, muito colaborativo. Eu disse que eu não iria falar, mas é o que eu penso. Eu acho que a gente está num momento economicamente muito delicado para certas decisões que podem não contribuir com esse momento difícil do Estado. Eu acho que vai ser muito interessante tudo que está sendo falando aqui se tornar um documento. Vamos levar, Dr. Alexandre, esse sentimento para o governo, para que seja avaliado, reavaliado, para que verifiquem as possibilidades que temos.

Graças a Deus, não temos só um caminho. Existem outros caminhos também, e podemos flexibilizar um pouco.

Para a gente ser bastante breve aqui, eu queria chamar para fazer uso da palavra o Sr. Damião Ornilo.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Já está resolvido.

Concedo a palavra ao Sr. Damião Ornilo, representante do SAE.

SR. DAMIÃO ORNILO – Boa tarde a todos e a todas. Eu queria saudar a Mesa na pessoa da Deputada Sandra Faraj, saudar a plenária e começar a colocar aqui algumas coisas.

Primeiro: o questionamento da nossa entidade é que, no início, realmente nós não tivemos a oportunidade de debater esse decreto.

Após a audiência pública, aqui, como tinha um encaminhamento da audiência, que, naquele momento, seria o governo aguardar... Desculpe-me. Após a audiência da CCJ, o encaminhamento da audiência era que o governo teria que aguardar audiência pública para poder encaminhar o desdobramento do decreto. No entanto, não foi isso que aconteceu.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	43

E aí teria duas questões. A primeira é que tem um encaminhamento da possibilidade de revogar o decreto. Se esse encaminhamento passar, então, o debate seria para a gente construir um novo decreto de acordo com os interesses do governo, de toda a sociedade e também dos servidores públicos, que são os mais envolvidos nessa questão.

Há outro ponto, que é a questão da negociação. No caso da negociação, recentemente nós avançamos em algumas negociações. Inclusive tivemos uma reunião ontem, com a Dra. Luciene, em que avançamos em alguns pontos. Agora: não foi consensuado na sua totalidade a pauta. A pauta avançou muito, como disse aqui os companheiros que me antecederam. E tem alguns pontos. Eu não vou colocar essa pauta aqui, Deputada, pelo avançar da hora. Mas avançou em alguns pontos.

E aí eu precisava ter aqui um encaminhamento – baseado no que foi colocado aqui, representando a categoria, com os companheiros do Sindicato que se encontram aqui – que seria o seguinte... Há dois encaminhamentos: o primeiro seria, se o decreto fosse revogado, a gente precisaria fazer um debate para construir um decreto de acordo com a necessidade, e o segundo seria avançar na pauta, que nós já estamos discutindo, e está faltando alguns pontos para fechar.

Então, tem um ponto também que eu queria colocar – eu inverti a minha falação –, que é a questão da prevenção da saúde pública dos servidores do Distrito Federal. Olhe, tem um ponto que é fundamental. Seria o Governo do Distrito Federal pensar na possibilidade de repassar o auxílio-saúde, como repassa para uma parte da categoria já hoje. Eu sei das questões financeiras, mas, escuta só: se passa para um, tem que passar para outro. Nós não podemos dar dois tratamentos aos nossos filhos. Seria um ponto. Ou então criar, como foi dito aqui, um plano de saúde que venha a atender aos servidores públicos. Você já começava pela valorização do servidor público na questão da saúde para depois terminar na questão da unificação das perícias médicas.

Porque tem uma questão que é colocada – tem que ter na pauta dos sindicatos, se passar esse formato –, que é a questão de você trabalhar em Planaltina, como disse aqui o nobre Deputado – e eu queria agradecer a todos os Deputados que estiveram aqui e aos que não estiveram –, você morar em Planaltina, em Brazlândia, em Ceilândia e ter que homologar um atestado aqui, no centro do Plano Piloto.

E u sou funcionário da Secretaria, mas eu estou na direção do Sindicato, que funciona aqui, no Setor Comercial Sul. Eu já fiquei quarenta minutos caçando um estacionamento lá, e muitas vezes não encontro. Isso só para você perceber o quanto é difícil.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	44

Mas eu queria agradecer a oportunidade e queria deixar os meus dois encaminhamentos. Eu não vou fazer aqui uma discussão política, porque, dependendo do final, é preciso que a gente faça um encaminhamento. Eu queria sugerir que, após esta audiência pública, nós permanecêssemos – os funcionários da Secretaria de Estado de Educação, representados pelo SAE – aqui, ou nesta sala ou em outra, para que nós pudéssemos fazer esse debate.

Agradeço a oportunidade.

Um grande abraço. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Muito obrigada, Sr. Damião Ornilo.

Eu queria chamar a Sra. Damiana Cristina, da Gerência de Perícia Médica de Taguatinga.

SRA. DAMIANA CRISTINA – Boa tarde a todos.

Cumprimento a Mesa. Muito obrigada por esta oportunidade. Cumprimento os colegas. Estão aqui até os colegas da Secretaria de Saúde.

Só para finalizar, eu gostaria de questionar sobre essa centralização que a nossa questão maior. Não é a unificação e, sim, a centralização.

Nós questionamos aqui o transporte público do Distrito Federal, que é precário e muito caro. Nós citamos também a questão de cidades satélites. Muitas não possuem a opção do Metrô, só há ônibus.

Então, o que acontece? Para pegar o Metrô você tem que descer lá na Galeria dos Estados e subir todo o Setor Comercial, atravessar a W3 até chegar ao Edifício Parque Cidade. Um servidor doente: ninguém que esteja bem irá trocar atestado. Temos também a questão da lentidão nesse deslocamento. A questão de engarrafamento, de congestionamento que todos os dias aparece na televisão. Isso é sabido por todos. E, quanto a usar veículo próprio, há a dificuldade de estacionamento. O Dr. Alexandre citou que têm sete andares de estacionamento pago a R\$ 8,00 (oito reais) por duas horas, e as excedentes custam R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos). A tolerância mínima é de dez minutos. Então, se você conseguir fazer tudo isso em dez minutos, você não vai precisar pagar o estacionamento.

E foi dito aqui também que eu estou representando a Gerência de Perícia Médica de Taguatinga, uma estrutura que já existe há mais de 30 anos. Brasília já está com 55 anos e nós estamos lá há mais de 30 anos atendendo aos servidores da Secretaria de Educação.

O Dr. Alexandre citou que, quando nós falamos que tinha um polo em Taguatinga ele falou que Taguatinga é muito pouco. O DF é muito grande.





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	45

Antigamente eram diretorias regionais e hoje são as gerências. As maiores no Distrito Federal. Nós temos: Ceilândia, Taguatinga e Samambaia. E atendemos, além dessas três, nós temos: Águas Lindas, que faz parte do Entorno; Brazlândia, Recanto das Emas, Santa Maria, Vicente Pires, Park Way, Guará, Riacho Fundo I e II, Gama e outras cidades do Entorno. Hoje, já foi dito, temos 65 mil servidores ativos na Secretaria de Educação. Taguatinga atende em torno de 60% desses 65 mil ativos.

Então, é muita gente se deslocando dessas cidades-satélites para o centro do Plano Piloto. Outra coisa que nós citamos aqui é que a inicial do GDF é evitar o deslocamento das cidades-satélites para o Plano Piloto. Hoje já há outra proposta que é deslocar os servidores para o Plano Piloto.

Nós contamos com uma estatística de atendimento em torno de 150 servidores por dia em Taguatinga. Você imagina, todos os dias, esses 150 servidores doentes se deslocando para o Plano Piloto? Isso só para a questão de atestado, fora outras situações!

Nós vimos que o prédio da Segad não tem estrutura e as instalações são precárias para o atendimento de um servidor doente. A Subsecretaria está situada em uma garagem sem ventilação e luz própria. Ambiente perfeito para quem está acometido de alguma patologia. Vimos lá também as instalações. Há uma sala de espera com 15 assentos e três pessoas para o atendimento. Só em Taguatinga eles teriam que atender cerca de 150 pessoas. Certo?

A outra questão que foi colocada é que o governo bate que não tem verba, se for solicitada uma verba para a gente poder fazer uma reforma no Polo de Taguatinga e não gastaria tanto quanto o aluguel do prédio que está sendo locado para fazer essa perícia.

Falando na saúde do servidor, entendemos que não trabalhamos com consequência. Precisamos procurar as causas da doença do servidor. Foi citado um plano de saúde. Pedimos condições e ferramentas de trabalho para esses servidores.

Existem escolas sem nenhuma condição de funcionamento. Para isso ninguém olha. Aí o servidor chega doente, como já foi dito, e perguntam: "Por que esse servidor está doente? Qual é a causa desse acometimento?" Ninguém questiona isso.

Outra questão que a gente colocou aqui foi comentada pela representante da Sugep e pelo Deputado que chegou agora. Nós servidores fomos todos remanejados sem direito nenhum a um debate, a uma discussão, a um convite! Não foi feito um convite! Foi uma obrigatoriedade. Fomos obrigados a ir trabalhar na Segad, no prédio Cidade Parque Corporation, no Setor Comercial Sul. Aí eu faço a minha pergunta: nós vamos ser Segad ou continuaremos a ser Secretaria de Educação? Ou até quando nós vamos ficar na Segad? Quando eles vão nos devolver?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	46

Ou seja, vão precisar dos nossos serviços até quando, para depois ouvirmos um “tchau e muito obrigado”?

Sobre a insalubridade, já foi dito que foi feito um laudo. Então, nós vamos aguardar para ver se... *A priori*, estão falando que a sala A é insalubre, a sala B pode não ser insalubre, estando todo mundo no mesmo espaço físico. Não sei como se pode diferenciar.

Então, fica aqui a nossa proposta.

Finalizando, queremos romper ou vetar esse decreto.

Muito obrigada a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Obrigada, Sra. Damiana.

Convido a fazer uso da palavra a Sra. Ilza Carneiro da Gerência de Perícias de Educação de Taguatinga.

SRA. ILZA CARNEIRO – Boa tarde. Vou resumir minha fala. Agradeço a palavra à Deputada Sandra Faraj e a todos aqui presentes.

Vou falar em nome de muitas pessoas que estão sentadas aí e pensam como nós. Muitas pessoas não puderam vir aqui hoje, não tiveram coragem por medo de retaliação, como a minha amiga falou. Eu vou falar aqui em nome de nós todos que trabalhamos diretamente na perícia médica e sofremos uma pressão psicológica no nosso serviço, de faltas e outros prejuízos por estar aqui hoje.

Então, muitos falam sobre o respeito, sobre a união e sobre o trabalho multidisciplinar. Mas nesses últimos meses, vivenciamos uma diferença de tratamento entre as carreiras existentes nas perícias médicas de educação, principalmente. Falo mais em relação aos que trabalham na área administrativa que, em nenhum momento, em nenhum momento, foram chamados para negociação, como foi feito em outras carreiras, por exemplo, médicos e professores com desvios de funções. Sei que vão falar que são casos especiais, mas não podemos deixar de pensar no todo.

Como humanizar um trabalho tão delicado, centralizando as perícias médicas de todos os servidores do GDF num único local, como mencionado pela minha colega e por outros que aqui participaram?

Na Capital do País, que deveria ser um exemplo e um avanço nas questões de saúde, acabaram descentralizando os atendimentos, haja vista a demanda do quadro de servidores para homologação de atestados médicos. Vivenciamos agora um retrocesso.

Sabemos que virão com promessas sobre a criação de outros polos, mas vamos viver de promessas? Não podemos deixar a saúde do servidor e nossa que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	47

trabalhamos nessas perícias em teste para, depois, se pensar em polos. Por que já não começam com um projeto íntegro e em prática com os polos existentes, e não simplesmente com uma unificação para, depois, pensar sobre polos? Que venha um projeto íntegro e completo!

Quero deixar aqui bem claro aos Deputados e aos secretários de governo que nós não somos contra a unificação dos procedimentos. Nós somos contra a centralização, mais uma vez. Somos contra também a falta de ética com nós trabalhadores das perícias médicas e com todos os servidores que necessitam de um serviço médico.

Sabemos que houve um bom tempo para o planejamento desse decreto, como diz a Dr. Luciene. Em nenhum momento fomos chamados para participar desse planejamento. Quando digo “fomos chamados”, refiro-me àqueles que trabalham diretamente nas perícias médicas e vivenciam como realmente são, na prática, os procedimentos.

Sei que existem nossos representantes para participar de reuniões, mas não sei se pediam segredo ou havia algum interesse político, porque, para nós, nada era passado. Nunca chegaram lá no trabalho pedindo uma participação, um debate. Então, estamos aqui exigindo esse respeito.

Sabemos também da existência da unificação das perícias médicas em outros estados, como comentado por eles. Mas será que, nesses outros estados, aconteceu dessa mesma maneira como está acontecendo aqui?

Fora que a realidade do servidor da educação é totalmente diferente da realidade dos outros órgãos, conforme estudos feitos sobre registros de afastamentos médicos. Falo isso porque eu faço um estudo na UnB – eu sou nutricionista, tenho pós-graduação –, e fiz levantamentos de registros não apenas sozinha, mas com a ajuda de alguns médicos. Como disse a nossa doutora, realmente, o maior número é de CID F, doenças psicológicas.

Ou seja, não podemos tratar de modo igual realidades totalmente diferentes, que necessitam de um tratamento diferenciado. É o que diz a jurisprudência do art. 5º da nossa Constituição Federal: tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de suas desigualdades.

Nós ouvimos boatos sobre a unificação e fechamento das nossas perícias médicas. Eram boatos que ouvíamos. Até quando viveremos de boatos? Pois o único documento oficial que recebemos foi a própria publicação do decreto. Precisamos, e exigimos isso, de respeito com toda a categoria, porque um precisa do outro para ter um trabalho de excelência.

Infelizmente, hoje não estão todos os servidores que são contra a centralização aqui presentes, pois há, sim, uma pressão psicológica muito grande em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	48

cima dos trabalhadores, há uma aflição quanto à questão de mudança de vida, há um temor da perda de qualidade de vida e material também, assim como aqueles que tiveram a opção de escolha de lotação se acomodaram, porque acharam conveniente. Infelizmente, não fomos todos que recebemos essa opção. E há, sim, uma falta de igualdade, como disse o Deputado, de isonomia.

Diante de tudo o que foi exposto, esperamos, por parte dos Exmos. Deputados membros da Comissão de Constituição e Justiça e seus representantes, assim também como dos secretários de governo e dos que estão aqui presentes, que analisem a situação de todos nós servidores. Esperamos o apoio à nossas reivindicações.

Agradeço a oportunidade.

Boa tarde. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Muito obrigada, Iza.

Diante de todas essas falas, eu gostaria de fazer um novo pedido aos representantes do Governo que aqui estão, ao Secretário – a quem eu agradeço muito a presença –, a Dra. Luciene e a todo que estão aqui, os representantes do sindicato, e, claro, a você que ainda está aqui até 13h40min... Eu não vi ninguém comendo; eu acho que ninguém almoçou! (Risos.) Aos Deputados que passaram por aqui – Deputado Rodrigo Delmasso, que acho que vai ter que pagar o meu almoço hoje... Estou brincando. Paga o de todo mundo, Deputado!

(Intervenções fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – A crise financeira também está sendo... (Risos.)

Eu queria agradecer a presença de todos e fazer um apelo aos representantes do Governo. A gente já vem falando, antes mesmo da publicação do decreto, a gente chegou para o Governo, aos seus representantes, e pediu que, antes que fosse publicado, que as pessoas fossem escutadas. Hoje eu escutei muitas informações novas aqui.

Nós entendemos que foi feito um estudo. A Dra. Luciene realmente se debruçou sobre o assunto. Não foi uma decisão tomada da noite para o dia. A gente respeita e entende esse trabalho, mas o que eu percebi aqui é que o que incomoda muito é essa centralização.

A Dra. Luciene escutou algumas pessoas que estavam questionando e flexibilizou alguns pontos – isso fez parte da sua fala. Então, eu gostaria que fosse flexibilizado mais uma vez. Que fossem levadas em conta algumas colocações feitas, que acho que são muito pertinentes mesmo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	49

Eu tenho amigas professoras que não conseguem mais estar dentro de sala de aula. Sofrem de fibromialgia, decorrente de depressão. São tantas situações que chegam até nós! Hoje o ambiente de sala de aula é um ambiente diferente, não é mais como na minha época de escola. É um ambiente mais hostil, é um ambiente mais difícil de se tratar.

O servidor público que está na área da saúde também sofre demais. Eu sei, gente, eu acompanho isso. Acho que tem que haver sensibilidade, acho que o governo tem que investir na prevenção da saúde, tem que investir em algum plano na área de prevenção. Não adianta a gente pensar só na perícia médica, quando a pessoa já está numa situação calamitosa, buscando um recurso para não continuar naquele ambiente. Não é mais possível isso.

É lógico que há aqueles que ficam apresentando atestados de forma leviana. Aliás, propus um projeto aprovado esse ano sobre certificação de atestados, para que se acabem essas histórias de atestados falsos, que acredito que não seja o caso de ninguém que está aqui, mas existe, tanto no setor privado quanto no setor público.

Eu gostaria de fazer um apelo: que as falas aqui não ficassem no ar, mas que o Secretário pudesse rever alguns pontos, se sensibilizar com as questões aqui colocadas, flexibilizasse alguns pontos, pois acredito que conseguiremos chegar a um consenso. Escutei várias vezes que vocês não são contra a unificação, mas, de repente, contra o modelo adotado. Isso tem que ser revisto.

Sei que o prédio que está sendo proposto para ficar a centralização é muito bom, mas, realmente, se for 5 milhões mesmo o aluguel, vamos pensar quanto isso custa em um ano! São 5 milhões ao ano ou ao mês?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Ah, por ano. Eu estava assustada achando que eram 5 milhões por mês. Isso dividido com o Iprev – já há com outra informação aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Certo.

Eu gostaria de pedir ao Secretário que houvesse sensibilidade nesses casos e que levasse esse sentimento das pessoas interessadas. Que isso fosse levado em consideração para que a gente chegue a um ponto convergente, mesmo porque esta é uma casa de discussão, é uma casa democrática, uma casa onde estamos propondo que as decisões de governo sejam revistas, porque faz parte da nossa função parlamentar fiscalizar também.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	50

Agradeço a todos, a todas as autoridades presentes, na pessoa do Deputado Rodrigo Delmasso.

Eu gostaria de agradecer a cada um de vocês que aqui está.

Leve, por favor, Secretário, esse sentimento. Quem sabe, nos próximos dias, teremos uma resposta para esta audiência. Que ninguém aqui tenha perdido tempo participando, estando aqui, expondo seu sentimento.

SR. ALEXANDRE RIBEIRO PEREIRA LOPES – Deputada Sandra Faraj, aceito o pedido de V.Exa., concordo com o pleito e o encaminhamento de V.Exa.

Temos feito diversas reuniões com representantes dos servidores e com os próprios servidores. Minha porta está aberta. Recebi todos, sempre. Quem ainda não foi pode ir lá conversar comigo. Podem perguntar aos colegas, há vários que têm ido lá conversar comigo.

Temos essa preocupação de olhar caso a caso – até já tinha falado isso antes –, e de procurar atender o interesse do servidor específico em relação a sua situação. Temos que respeitar também aqueles que querem ir e querem a centralização.

De acordo com a Eliane, de 205 servidores da educação, 65 formalizaram, e outros podem vir a formalizar posteriormente, que querem ficar na educação, mas 61 querem ficar, e 144 querem vir. Temos que respeitar essas pessoas também. Formalizem.

Hoje tenho a informação de que, por exemplo, dos servidores do SAE, dos 27 pedidos feitos para ficar na educação, eles devem ter a resposta formal hoje que vão ser atendidos, que vão continuar na educação. A gente tem visto caso a caso. É a oportunidade de vocês também virem conversar com a gente, para conversar mesmo, entender melhor, etc., porque às vezes não está chegando para vocês aquilo que – e é um erro nosso mesmo, admito, pode ser um erro nosso, de comunicação do governo. Mas o importante é como a Deputada colocou, a unificação é política, mas a relação com o servidor, a mudança a gente está vendo caso a caso. Vamos conversar. Eu estava aberto, continuo aberto, vamos continuar conversando, vamos tentar resolver alguns problemas ou atender os pedidos dos servidores. Eu acho que é conversando que a gente vai se entender. Eu concordo, Deputada.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Obrigada.

SR. ALEXANDRE RIBEIRO PEREIRA LOPES – Vamos continuar conversando, está aberto o diálogo.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Obrigada, Secretário. Vou encaminhar as notas taquigráficas desta audiência ao senhor para que possa





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18   08   2015	11h12min	CCJ – Audiência Pública: Processo de Unificação de Perícias no DF	51

aproveitar o máximo do que foi dito aqui. Aguardamos em breve uma notícia sobre o resultado desta audiência.

Sendo assim, declaro encerrada a presente reunião e agradeço a presença de todos. (Palmas.)

(Levanta-se a reunião às 13h51min.)